



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)

INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS (IHL)

CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)

ADA JOSELIZA CÓ

DESIGUALDADE DE GÊNERO

NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM GUINÉ-BISSAU

REDENÇÃO-CE

2017

ADA JOSELIZA CÓ

DESIGUALDADE DE GÊNERO

NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM GUINÉ-BISSAU.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade (BHU) do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Bas´Ilele Malomalo.

REDENÇÃO - CE

2017

ADA JOSELIZA CÓ

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM GUINÉ-
BISSAU

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade (BHU) do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. BasÍlele Malomalo (Orientador/Unilab)

Profa. Dra. Artemisa Odila Candé (Examinadora/Unilab)

Profa. Dra. Ricardino Dumas Teixeira (Examinador/Unilab)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, José Có e Elizabete Alves Có, pelo incentivo e apoio nessa caminhada vitoriosa, também dedico a todos os meus familiares que de maneira especial me encorajaram, e para a todas as mulheres Guineenses.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela saúde, força e coragem, que me proporcionou para concluir essa primeira etapa do curso.

De maneira especial agradeço aos meus pais, José có e Elizabete Alves Có por ter acreditado na minha capacidade e me deram apoio e incentivo nos momentos difíceis, de desânimo e cansaço.

É com muita honra, carinho e admiração que agradeço ao meu querido orientador, prof. Dr. Bas'Ilele Malomalo, pelo incentivo, carinho, paciência e dedicação na orientação e que graças a ele tornou possível a conclusão deste trabalho. Agradeço também a todas as professoras que participaram da banca da minha defesa como: Artemisa Odila Candé e Ricardino Dumas Teixeira, meu muito obrigada por terem compartilhado os vossos conhecimentos comigo.

Aproveito agradecer o Ministério da Educação do Brasil por terem prestado apoio aos estudantes internacionais dos Países da Língua Oficial Portuguesa (PALOP): à Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) por ter me dado oportunidade de fazer o curso superior, e também agradecer a todos(as) os professores do Instituto de Humanidades e Letras por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por me terem feito aprender.

Agradeço carinhosamente e de coração a toda família Có pela consideração, e incentivo durante a realização do estudo, especialmente para meus irmãos: Aminta Josenaide Có, Leia Beyze Có, Horiam Joely Có, Desejado Amisson Elisio Có, Aicha Naila Có, Juelson Có, Ciara Có, Jucilino Có. Aos meus tios Guerra Có, Júlio Có, Laurindo Hontadja Có, Samora Có a minha querida tia Juliana Mendes Fernandes, Fatima Có, Corry Camara, Fabio Alves, Sadjá Alves, Januário Indi, a minha querida tia Inácia, Auzenda Correia, Melania Cá, Manuario, Nunes Correia Merry Cassama.

Agradeço de coração ao meu namorado, melhor amigo e companheiro de todas as horas, Sergio Besna Dudu Mané pelo amor, cuidado e carinho.

Agradeço aos Professores Maurilio Machado Júnior, Ramon Capelle, Luís Tomás Domingos, Marina Pereira, Jaqueline Costa, José Luís Ribeiro Nobre, Lucila Mesquita, Franklin Verissimo, Betinha Queiroz. Meus agradecimentos especial aos colegas de estudos, amigos(as)

e conhecidos, Calilo, Abibatu Djaló, amiga irmã que o Brasil me deu, Braima Joao Fernandes, Domingos Mula, Tamilton Texeira , Luís Filipe Sá, Carmem Aires Reis, Breno Castro, Luísa Pinto, Peti Mama Gomes , Celeste, Pascoal Thudá, Idrissa Cassama, Wilson Sanca, Gino pereira, Calos Milagres, Arete Mendes, Merry Cassama, Joselino Guimarães, Bibiano Luís Djú, Joselino Guimaraes, Imelson Cá, Edna Ié, Fernando Sigá, Valdir Almada, Lourenço Manuel Cardoso, Adriaio Marques Anderson esses irmãos na amizade que fizeram parte da minha trajetória acadêmica .Aproveito esta oportunidade também para agradecer minha família na fé na pessoa do amado Pastor Izaias Arruda, Elda Arruda, Andreza Araújo, Ezequias, Debora, Gabrielle, Dona Nalia, Nuna Nunes, Viviane, Nelson Pana Cá, Jaimiro, Yara, Medilanda, Lizie, Leila, Zilmar, Izaque, Guto

RESUMO

Apesar das mudanças que vêm acontecendo, a entrada da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos, as desigualdades em termos de gêneros continuam a persistir. O presente estudo busca analisar as causas e consequências da desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal em Guiné-Bissau, partindo do conceito de gênero como uma categoria de análise no processo educacional de meninos e menos. Faz isso, considerando a trajetória da mulher na perspectiva da história africana questionando a sua contribuição econômica. De forma específico, analisa a presença da mulher guineense no mercado de trabalho e destaca as dificuldades enfrentadas por ela. Percebe-se que em Guiné-Bissau as desigualdades entre homens e mulheres se manifestam através de estereótipos e preconceitos transmitidos de geração em geração e também pelas práticas discriminatórias que impedem as mulheres a usufruir dos mesmos direitos e oportunidade que os homens, de participarem na vida pública e na tomada de decisões, fato que dificulta o progresso educacional da mulher e sua inserção no mercado de trabalho formal. Para isto, a metodologia utilizada para execução do trabalho é por meio da análise bibliográfica e documental qualitativa.

Palavras-Chave: Gênero, Desigualdades, Mercado de Trabalho, Guiné-Bissau.

ABSTRAT

Despite the massive insertion of women in the labor market in last years, this present work aims to analyze the causes of gender inequality in the formal labor market and reports in Guinea-Bissau. For this, the methodology used to execute the work is through bibliographical and qualitative documentary analysis. During the research, we analyzed the concept of gender to better understand the inequalities and schooling of boys and girls, and analyzed the trajectory of women in Africa and their contribution in the pre-colonial and post-colonial periods and finally the Guinean woman in the market the difficulties faced. In the first session the paper, talk about gender inequalities in the formal and informal labor market in Guinea-Bissau, with a focus on the formal sector. In the second session we worked on the situation of women in Africa generally at three history moment and pre-colonial, colonial and post-colonial period. Finally, we discuss the issue of Guinean women in the labor market, their insertion in the formal market, the problems faced by them, the status and positions they fill in contemporary society. This work also analyzes the actions of the Guinean Government, companies and civil society in combating gender inequalities in the formal labor market, starting from the concept of gender, equity and education as categories of analysis, seeking to bring the Reflections on their contribution to the socio-cultural, economic and political development of the country.

Keywords: Gender, inequality, labor market, Guinea Bissau

LISTA DE SIGLAS

DENARP- Documento Nacional para a Redução de Pobreza

ANP- Assembleia Nacional Popular

OIT-Organização internacional de Trabalho

PIB- Produto Interno Bruto

RGPH-Recenseamento Geral da População e Habitação

PA- População Ativa

MGF-Mutilação Genital Feminino

PAIGC- Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde

PRS- Partido da Renovação Social

PEA- Perspectiva Económica em África

CRGB - Constituição da República da Guiné-Bissau

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	12
1.1. Gênero como categoria de análise situada	14
1.2. Desigualdade, igualdade e equidade de gênero	15
1.3. Situação de mulheres no mercado de trabalho no mundo	19
1.4. Para uma política de igualdade e equidade de gênero no mercado de trabalho em Guiné Bissau	23
CAPÍTULO II: MULHER EM ÁFRICA, REFLEXÕES E DEBATES	25
2.1. Situando o texto e contexto a partir de gênero na África	25
2.2. O legado da África no pré-colonial na compreensão da relação de gênero.....	28
2.3. Mulheres africanas no período colonial.....	32
2.4. Situação da mulher na África pós-colonial	33
2.5. Situação da mulher em Guiné Bissau	39
CAPÍTULO III: MULHER GUINEENSE NO MERCADO DE TRABALHO	55
3.1. Contexto histórico-Social.....	55
3.2. Problemas enfrentados pelas mulheres guineenses no mercado de trabalho	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERENCIAIS	77
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	77
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	80

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo de gênero na África especificamente na Guiné-Bissau, intitulado desigualdades de gênero no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau: Tem como objetivo geral: Analisar as causas e consequências da desigualdade entre os gêneros no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau, e específicos: Analisar situação e funções, que as mulheres ocupam no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau; compreender as ações do Governo, das empresas e da sociedade civil guineenses em combater as desigualdades de gênero no mercado de trabalho formal. Ainda neste trabalho elencamos a seguinte questão: Existe a igualdade de gênero entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal em Guiné-Bissau? Será que as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal em Guiné-Bissau é a falta de formação profissional qualificada por parte das mulheres?

A partir das minhas experiências e vivências, no Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidade da Unilab compreendo que existem muitas desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau, apesar de que é um fenómeno social e universal. De um lado, com base nessas experiências, percebi que existe uma necessidade de investigar essa temática para descobrir as causas que influenciaram as desigualdades de gênero no mercado de trabalho formal. Por outro lado, meu orientador sempre me incentivou em pesquisar e escrever sobre mulheres em Guiné-Bissau. Outras razões que nos levaram a escolher esse tema é o que apesar da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho no mundo, sobretudo na Guiné-Bissau, as mulheres guineenses deparam muito com as questões de desigualdades, preconceitos, subalternização, marginalização no mercado de trabalho formal. Em relação ao setor informal elas são mais ativas economicamente.

Portanto a metodologia utilizada para execução deste trabalho é por meio da análise documental e bibliográfica (qualitativa) utilizando métodos de interpretação de sentidos. No que concerne à pesquisa documental segundo Gil (2010) e Severino (2007), ambos partiram do mesmo pressuposto de que a pesquisa trata-se de documentos em geral, que ainda não sofreu nenhum tratamento científico, ou seja, que não sofreu análise interpretativa de outros pesquisadores. Tais documentos podem ser impressos ou não, mas basicamente se refere os relatórios e dentre outros materiais etc. De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica “é aquele que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2007, p.

122). Conforme esta citação percebe-se que o pesquisador pode utilizar os conceitos já existentes, ou seja, as teorias que antecederam o presente estudo e, que estão correlacionados do ponto de vista teórica, isto é, os que sofreram tratamentos teóricos de pesquisadores. Para desenvolver este trabalho embasamos com os principais autores: (Bourdieu, 1999), (Carvalho, 2010), (Hirata 2007) (Baticã, 2015), (Prosb, 2013). Segundo Heilborn (1995) e Scott (1989), o termo gênero tem a ver com a nomenclatura que a sociedade atribui como forma de diferenciação entre os dois sexos masculino e feminino. Para tanto, esses autores percebem que o conceito de gênero se relaciona com a construção social do sexo, no sentido de hierarquizar as relações sociais entre homens e mulheres. Porém eles mostram que o gênero é um conceito que une homens e mulheres, mas as classes sociais e culturais as separam. Ao longo da trajetória das mulheres, a participação da camada feminina é vista lado a lado com a participação masculina principalmente na luta de libertação nacional contra jugo colonial portuguesa, (Gomes, 2015). Isso demonstra que, as mulheres desempenharam papel importante no desenvolvimento do país. Entretanto, percebemos que a participação e papel da mulher extrapola o ambiente doméstico como muitos pensam

O presente trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro capítulo trata dos conceitos básicos da investigação. Nesta sessão abordamos de gênero, desigualdade, equidade de gênero, mulher no mercado de trabalho no mundo, para uma política da igualdade de gênero no mercado de trabalho formal. O segundo capítulo aborda mulher em África em três momentos da história, no período pré-colonial, colonial e pós-colonial, e situação da mulher em guineense, e por último discutimos a questão da mulher guineense no mercado de trabalho, sua inserção neste setor, os problemas enfrentados por elas status e cargos que ocupam na sociedade contemporânea.

1 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Neste primeiro capítulo abordaremos os conceitos básicos da investigação: gênero, seus usos, desigualdade, equidade, mulheres no mercado de trabalho no mundo, para uma política da igualdade de gênero no mercado de trabalho formal.

Em pleno século XXI o conceito de gênero tem sido objeto de estudos antropológico e sociológico bem como das outras áreas do das ciências sociais. Além disso, o referido conceito vem fazendo parte dos debates presentes nas agendas das entidades internacionais e das Nações Unidas. Sendo uma temática muito complexa, compreendemos que falar de gênero na Guiné-Bissau não é uma tarefa fácil. Portanto sendo um conceito social, antes de começar as discussões é necessário esclarecimento sobre o próprio conceitos usos e categorias centrais, levando em considerações os valores sociais, culturais e histórico no tempo e no espaço.

Segundo Baticã (2015), os movimentos feministas surgiram nas décadas de 60-70 com as primeiras reivindicações que acabou com a ordem tradicional que afasta a mulher da vida pública. Betty Frydmann é quem liderou este processo histórico. A luta pela emancipação feminina refutou todas as maneiras da dominação masculina em todos os aspetos sociais, com isso surgiu maior transformação. Para o autor essa transformação verifica-se na “classe média e classe alta, onde a mulher avança em suas conquistas, abrindo espaço para o emprego nas grandes empresas e áreas públicas. (BATICÃ, 2015, p. 7). Com essa transformação hoje em dia percebe-se que apesar de continuar a busca pela emancipação feminina, é imprescindível a participação da mulher em todas as esferas sociais.

Trazemos gênero como uma categoria de análise para melhor compreensão das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal. Portanto, com base nas teorias que iremos fundamentar para desenvolver o presente trabalho, compreende-se que o gênero é um conceito socialmente construído. Conforme Bourdieu (1999), esse termo serve para distinguir o sexo feminino do masculino, sobretudo os órgãos sexuais, mas também designação para diferenciar funções de cada um dos sexos e papeis sociais atribuídos a eles. Assim justifica o autor:

É uma diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 1999, p. 20).

Diante disso, o autor nos leva a uma compreensão de que gênero é um conceito que refere a biologia entre os sexos, que também pode ser considerado como forma de explicar a diferença socialmente construídas entre os gêneros e da divisão social de trabalho.

Segundo Heilborn (1995) e Scott (1989), o termo gênero tem a ver com a nomenclatura que a sociedade atribui como forma de diferenciação entre os dois sexos masculino e feminino. Portanto, conforme esses autores percebemos que o conceito de gênero se relaciona com a construção social do sexo, no sentido de hierarquizar as relações sociais entre homens e mulheres. Porém mostra que gênero é um conceito que une homens e mulheres, mas as classes sociais e culturais as separam.

Retomando, Heilborn afirma que “O raciocínio que apoia essa distinção baseia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura” (HEILBORN, 1995, p. 1). Nessa perspectiva, compreende-se que o conceito de gênero se deu de duas formas: em primeiro lugar, refere-se à forma natural de nascimento do sexo masculino e feminino. Em segundo lugar, percebe-se que é uma construção sociocultural, ou seja, papéis sociais que a sociedade humana atribuiu a cada um dos sexos independentemente da identidade que o sujeito pretende assumir.

Conforme Cátia Lopes (2011), o gênero é um conceito de caráter social, que se expandiu pelo mundo na década de (1980) baseadas nas relações sociais entre homens e mulheres e mulheres e mulheres, esse termo, ou seja, mostrar o crescimento dos papéis sociais que as sociedades atribuíram a homens e mulheres dentro de um espaço econômico, sociais, e culturais como podemos notar nas palavras a seguir:

O gênero é um conceito de caráter social, difundido após 1980, e que evidencia a evolução dos papéis das mulheres e dos homens, segundo aspectos sociais, culturais e econômicos, além do sexo (enquanto diferenciador biológico). Refere-se às relações sociais entre homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres; isto é, refere-se às diferenças de oportunidades, papéis, regalias entre o homem e a mulher (LOPES, 2011, p. 16).

Entretanto segundo a autora compreende-se que o conceito de gênero refere as relações sociais, ou seja, os papéis sociais que tornam homens e mulheres diferente um do outro na sociedade em que estão inseridas.

Heilborn (1995) e Scott (1989) afirmam que ser homem ou mulher é definido pela cultura, onde os sujeitos passam por um processo de construção cultural e, nesse caso, o gênero sendo um conceito socialmente construído, não inferioriza a mulher, pelo contrário a cultura e o patriarcado é que o mantem a mulher submissa, subalterna e marginal. Sendo assim essas

autoras ressaltam que o conceito de gênero deve ser discutido, ou seja, interpretado não só como um conceito socialmente construído, mas sim de acordo com o contexto sociocultural e histórica de um determinado grupo, porém todos esses comportamentos é uma construção cultural.

Em suma, as teorias abordadas sobre o conceito de gênero provavelmente nos possibilitam a reflexão e compreender as desigualdades entre homens e mulheres no mercado do trabalho formal e informal na Guiné-Bissau assunto que iremos abordar em seguida partindo do conceito da educação.

Refletindo teoricamente, nesta autora percebe-se que existe duas formas da educação a educação formal: que tem por objetivo socializar e preparar homens e mulheres para sua inserção posterior no mercado de trabalho formal. Conforme ressaltava Rosivaldo Almeida (2012, s/p), a “educação formal é aquela que acontece nas escolas, com conteúdos historicamente sistematizados e pré-estabelecidos nos currículos com uma carga horária para a aprendizagem destes conteúdos pré-determinada” (ALMEIDA, 2012, s/p) Ainda segundo a autora, a educação informal é aquela que acontece fora do ambiente escolar, nas nossas relações cotidianas (em casa, nas comunidades, nas ruas): “A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento” (ALMEIDA, 2012, S/p). No entanto, vale sublinhar que a capacitação educacional é fundamental para o processo de empoderamento feminino, a educação prepara homens e mulheres com conhecimento para ingressar nos mercados de trabalho com melhores oportunidades de crescimento profissional, mais acesso a recursos e melhor capacidade de tomada de decisão referente a saúde, família e carreira profissional. Mediante essa diferença dos dois tipos de educação, compreende-se que a desigualdade no mercado de trabalho formal até certo ponto se refere à escassez de políticas públicas educacional de um país.

1.1. Gênero como categoria de análise situada

Gênero entra aqui como modelo explicativo, ou seja, analítico para melhor compreensão das desigualdades, discriminações e subordinação no mercado de trabalho. Scott (1989), no seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, defende que gênero é uma categoria de análise que situa -se na esfera social ou, seja é uma organização social. Ela é usada para referir

as relações sociais entre os sexos. O uso deste conceito rejeita claramente as explicações biológicas diferentemente do sexo que refere a biologia. O termo mulher foi substituído pelo gênero esta é aplicado para propor informações sobre as mulheres é necessariamente as informações sobre o homem, não tem como falar da mulher e deixar o homem do lado, porque o próprio uso do termo gênero realça a ideia de que o mundo do homem faz parte do da mulher, portanto estudá-lo separadamente reforça o mito de que a experiência de um sexo não tem nada a ver com o outro sexo. Para Scott.

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1989, p. 7).

Com base neste pressuposto compreendemos que gênero é uma forma de designar as construções sociais e também, um conceito situado na esfera social. Afirma Scott (1989), que “nesse uso o termo “gênero” afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele não diz nada sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são; ele não diz como elas funcionam ou como elas mudam”. (SCOTT, 1989, p. 8). Para a historiadora com o crescimento do estudo do sexo e a sexualidade, o gênero tornou-se uma expressão particularmente útil, porque ele nos proporciona uma ideia de decifrar a prática sexual dos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade.

Para Baticã (2015), concorda que o gênero é uma construção social apreendido que transforma-se com o tempo e muda de acordo com o contexto social. O gênero é um produto da socialização, que ensina as pessoas normas, crenças e expectativas sobre um homem ou uma mulher. As relações de gênero ou relações sociais do sexo constituem as categorias para ampliar a discussão e compreender desigualdade entre os gêneros assunto que abordaremos em seguida.

1.2. Desigualdade, igualdade e equidade de gênero

Falando das desigualdades de gêneros no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau, vale lembrar que, segundo (DENARP II, 2011), este é um país com baixo índice de alfabetização, principalmente no seio da camada feminina, portanto percebe-se que as meninas/mulheres são as mais prejudicadas em termos de acesso e a permanência no processo

educativo em relação aos rapazes/homens. Portanto propomos analisar essa desigualdade a partir do processo educacional na Guiné-Bissau.

Segundo Baticã (2015), o conceito da igualdade refere as formas como homens e mulheres são tratadas na sociedade, o que significa que esses sujeitos devem desfrutar dos mesmos status, gozar dos mesmos direitos e oportunidades. Para o autor

Igualdade de género significa que mulheres e homens, meninas e meninos devem desfrutar do mesmo status na sociedade; gozam dos mesmos direitos e oportunidades; o mesmo nível de respeito na comunidade podendo então aproveitar as mesmas oportunidades de fazer escolhas sobre suas vidas, e têm o mesmo poder de moldar os resultados dessas escolhas (BATICA 2015, p. 10).

Segundo esse autor a igualdade não passa da mesma maneira de tratar homens e mulheres em pé da igualdade na sociedade, independentemente da sua situação social.

Carvalho (1978), ressalta que o conceito da equidade não defende só da mera igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas o igual tratamento em todos os níveis, ou seja, para que haja essa igualdade de direitos entre ambos sexos, tem que haver primeiramente as mesmas oportunidades de acessos e liberdades de escolha, ou seja devem usufruir do mesmos recursos sociais, culturais, política independentemente das suas condições biológicas, para que possam conscientemente escolher os papéis que desejam assumir na sociedade. Para Costa (2011), “a equidade de género significa também que mulheres e homens devem ser tratados de forma justa de acordo com suas especificidades, o que pode significar tratamentos diferenciados em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades” (COSTA, 2011, p. 20). Enquanto que Baticã (2015) afirma que a equidade de género é dar oportunidades iguais para homens e mulheres, meninas/meninos na sociedade para que elas/es possam desenvolver suas capacidades. Ainda ressalta que para garantir a equidade de género, as medidas preventivas contra as práticas discriminatórias têm que ser aplicadas na prática, no sentido de minimizar as discriminações social e histórica enfrentadas pelas meninas e meninos.

Ao analisar o processo educacional, Barros e Semedo (2013), afirmam que a Guiné-Bissau sendo um dos países colonizado pelos portugueses, a educação colonial restringia apenas em ensinar as mulheres os trabalhos da lida caseira, então naquela época não havia as escolas para as meninas só mais tarde (1881), que foram criadas as primeiras escolas, ainda afirma que “estas senhoras faziam das suas casas autênticas escolas de formação no domínio de labores (corte e costura, bordados), culinária e demais artes caseiras considerados dons necessários para uma boa dona da casa” (BARROS e SEMEDO, 2013, p. 31). Portanto todas essas práticas eram reconhecidas na época como práticas caseiras. Portanto é muito importante analisar a taxa de

matricula entre os as meninas e os rapazes. Conforme Sanca (2014), Na Guiné-Bissau, no ensino primário a taxa de matrículas aumentou significativamente de 53% em 2006, para 67% em 2010. A percentagem de alunos matriculados no ensino primário com idade compreendida entre cinco (5) e seis (6) anos foi de 62% em 2010, contra 44% em 2000.

As meninas e os rapazes frequentam mais ou menos na mesma proporção o nível primário; o índice de paridade entre os gêneros no nível primário é de 0,94. Entretanto no nível secundário o índice de paridade baixa para 0,73, o que demonstra que temos menos meninas a frequentarem as escolas do ensino secundário, comparativamente com os meninos. No que concerne ao ensino secundário, a diferença é ainda maior no que se refere aos rapazes, situando-se nos 65% contra 33% para meninas. Isto mostra que 51 meninas por 100 rapazes frequentam esse grau escolar. As meninas representavam 57% dos abandonos escolares em 2009 em comparação com os 43% para os rapazes (SANCA, 2014. p. 30- 31)

Conforme os dados acima citados, constatamos que no ensino primário meninas e rapazes frequentam mais ou menos na mesma dimensão, já no ensino secundário a diferença é muito maior que no ensino primário, as meninas frequentam menos a escola em relação aos meninos, por isso taxa de abandono escolar para elas é muito maior. Muitas das vezes essa grande percentagem tem a ver com a face em que a criança ou adolescente sobretudo meninas, vão ajudar a mãe nas atividades domésticas. O relatório anual da Perspectiva Econômicas em África (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2014), também comprova que na Guiné-Bissau existe uma maior presença de meninos nas escolas em relação as meninas como podem ver a seguir:

As disparidades entre homens e mulheres no acesso a oportunidades de desenvolvimento de capital humano permanecem. No domínio da educação, se a taxa de matrícula de raparigas relativamente aos rapazes era de 93.2% em 2010, de acordo com últimos dados disponíveis, a representação relativa de raparigas (meninas) diminui significativamente no nível secundário (51%) devido as taxas de repetência e de abandono escolar superiores (57% contra 46% para os rapazes de acordo com o Banco Mundial. Consequentemente, a taxa de conclusão de ensino primário para os rapazes é superior em 15 pontos percentuais à taxa das raparigas Perspectiva econômica em África, (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2014, p. 12).

Com base nos dados acima citados compreendemos que as meninas entram pouco nas escolas, e antes de concluir o ensino primário elas abandonam precocemente. Portanto a educação sendo um fator primordial para o desenvolvimento de um país, graças a mulher vem conquistando alguns espaços na sociedade. Assim afirma Carvalho (2010)

Contudo, seria graças a educação que a mulher, aos poucos, foi conseguindo algumas vitórias, sobretudo quando começou a ter acesso a mesma educação que era

proporcionado ao homem e passou a ceder outros tipos de trabalhos e não apenas aos domésticos ou mal renumerados porque “a educação constitui-se como um “bem social” que dá acesso a outros bens da esfera pública. (FEREIRA, 2007 apud CARVALHO, 1978, p. 19).

Portanto podemos afirmar de que a desigualdade que se trata neste trabalho de certa maneira é tida a partir do processo da escolarização, porque sem ela não seria possível a inserção da mulher no mercado do trabalho formal.

Nessa literatura também podemos ver as diferenças em termos percentuais entre meninas e rapazes. Sanca afirma que: “[...] no que diz respeito a alfabetização, na Guiné-Bissau apenas 40% das mulheres jovens com idade entre 15-24 anos são alfabetizadas. Levando em considerações as meninas que habitam as regiões mais pobres, somente 12% delas são alfabetizadas, enquanto a taxa de alfabetização cresce com o aumento do poder econômico e entre aquelas que vivem nas localidades mais ricas, atingindo 73% da população” [...] (SANCA, 2014, p, 15). Essa forma desigual de alfabetização influencia na a participação da mulher em diversas áreas na sociedade, sobretudo nos setores que requer alto nível de escolaridade.

Todavia, Marisa Carvalho (1978), ressalta que a educação tem um papel fundamental na trajetória de homens e mulheres, porque graças a ele as mulheres vem conquistando alguns espaços na sociedade, principalmente quando começaram a ter mesmo oportunidades de acesso à educação que os homens, daí passaram a ocupar diferentes tipos de trabalhos e postes de serviços fora de lar doméstica, mas com baixa renda em todas áreas profissionais. O progresso escolar das mulheres contribuiu muito para sua ascensão social e na promoção da igualdade de direitos em todos níveis na sociedade.

A Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB, 1996), no seu (Artigo 24º) determina o seguinte: “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica” (CRGB, 1996, p.8). Temos a constituição e leis que garante a homens e mulheres iguais direitos em todos os aspetos, a partir destes documentos as mulheres viram que a igualdade está garantida constitucionalmente. E nessa ordem de ideia que elas começaram a questionar e reivindicar os seus direitos espaços na sociedade enquanto cidadãs guineenses.

Além dessa lei existem várias convenções que a Guiné-Bissau ratificou no qual também se encontra estabelecidas a promoção da igualdade e equidade de gênero como um dos mecanismos face ao combate às desigualdades entre homens e mulheres na vida pública e

privada, por exemplo. Ainda na mesma Constituição no seu (Artigo 25º) enfatiza que “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA GUINÉ-BISSAU, 1996, p. 8). Em relação a lei fica evidente que não existe a diferença entre mulheres e homens. No caso da Guiné-Bissau de certa forma a não aplicabilidade e o descumprimento das leis também são dos uns fatores que influenciam a desigualdade entre ambos os sexos.

Finalmente depois de tantas discussões concluímos que a desigualdade entre os gêneros é tida a partir do processo educacional, e a falta de aplicabilidade nas leis.

1.3. Situação de mulheres no mercado de trabalho no mundo.

Esta sessão aborda situação da mulher no mercado de trabalho a nível mundial, trazendo os dados estatísticos de como homens e mulheres estão no mercado de trabalho, e os empregos que os dois sexos ocupam neste setor.

De acordo com Hirata (2007), o mercado de trabalho é um espaço de trocas de relações sociais e de experienciais entre os integrantes. Ainda segundo essa autora, dentro desse espaço, a sociedade atribui a homens e mulheres papéis sociais através das relações socioculturais e da divisão sexual do trabalho, e de acordo com a especificidade biológica dos sexos. Ainda segundo a autora citada, percebemos que os homens têm mais privilégios e oportunidades na esfera pública de produção, enquanto que, a mulher é remetida à esfera privada de reprodução. De algum modo, isto indica que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho especificamente formal na qual direcionamos o nosso foco até certo ponto é resultado da construção sociocultural.

Segundo Schettino (2014), a mulher inseriu no mercado de trabalho tendo em conta a necessidade de auxiliar sua família financeiramente. Consequentemente com o desenvolvimento de métodos contraceptivos, daí ela começou a ter controle sobre o próprio corpo e reduzir números de filhos. No caso das sociedades tradicionais mesmo com esses métodos contraceptivos a mulher não tem controle sobre seu corpo, o marido é que decide o determinado número de filhos que ela vai procriar.

Costa (2011), afirma que enquanto as mulheres continuam a assumirem cada vez mais funções de responsável pela administração do lar doméstica, o mercado de trabalho continua marginalizada com base nas relações de gênero. Ainda essa autora ressalta que as desigualdades

são construídas socialmente e historicamente pela divisão sexual de trabalho, e essa divisão sexual do trabalho indica que na sociedade existe uma certa separação entre o trabalho de homens e mulheres no qual o homem fica entre a esfera de produtiva e a mulher fica remetida à esfera privada de reprodução com base nas relações de poder, onde o trabalho masculino tem a maior relevância social. Conforme essa autora percebemos que tudo isso faz com a mulher enfrente as dificuldades em valorização e reconhecimento de uma profissão predominantemente feminino, e estas desvantagens sofridas por elas a faz escolher aqueles empregos menos prestigiado, ou seja permanece apenas no espaço privado atribuídas a elas.

Segundo Organização Internacional de Trabalho (OIT), mulheres no trabalho tendência (2016), ao longo do percurso profissional, as mulheres continuam a defrontar com barreiras significativos no que refere a emprego nobres. Em 1995 foi realizado em Pequim a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, onde discutiram a situação das mulheres, na qual conseguiram alcançar o progresso, mas, duma forma marginal. Ainda este documento comprova que permanece a desigualdades entre homens e mulheres nos mercados de trabalho a nível mundial, no que diz respeito as oportunidades, a maneira diferencial de tratamento e aos resultados.

Conforme (DENARP, 2011), são observadas grandes disparidades entre homens e mulheres entre diversas categorias profissionais. Ainda este documento identifica que “Disparidades, oportunidades e discriminações são resultados da situação social diferenciada do homem e da mulher tal como conferido pelo sistema social dominante. Qualquer redução de disparidade de género implica necessariamente uma acção sobre esta desigualdade estrutural” (DENARP II 2011, p. 25). Conforme o autor compreendemos que essas categorias acima mencionas são fruto da desigualdade entre homens e mulheres em todas estruturas do mercado de trabalho formal.

Ainda nessa situação Prosbt (2013), observa que as mulheres conseguem os cargos administrativos nas empresas com mais facilidade e, por cima tinham um crescimento de lucro acelerado em relação aos homens. Mas Elas sofrem fisicamente e psicologicamente mais do que o homem com o estresse profissional, ainda carrega a dupla jornada de trabalho, em casa cuidando de filhos e marido, e fora de casa dos afazeres profissional. Ainda a autora afirma que a maioria das novas vagas são atribuídas as mulheres, porque elas encaram o emprego com mais responsabilidade em relação aos homens. Para ela as mulheres não conquistaram seus direitos totalmente no mercado de trabalho ainda persistem alguns preconceitos que torna difícil

o progresso na carreira. No entanto, Anabella Costa, observa que “mesmo diante das taxas de aumento da participação feminina e da queda das diferenças entre homens e mulheres observadas ao longo dos anos, a participação dos homens no mercado de trabalho ainda é mais expressiva quantitativa e qualitativamente. A taxa de ocupação masculina em trabalhos formais foi de 53,2%”. (COSTA, 2011, p. 25). Diante dessa afirmação percebemos que em termo percentual no Brasil existe mais homens nos empregos formais do que as mulheres, e os trabalhos deles neste setor é de qualidade.

Ao analisar o Relatório da Organização Internacional de Trabalho (2016), observa-se as dificuldades enormes enfrentadas pelas mulheres nos mercados de trabalho onde considera que:

Em muitas regiões do mundo, as mulheres, comparativamente aos homens, têm mais probabilidades de permanecerem ou virem a ficar desempregadas, têm menos oportunidades de participar no mercado de trabalho e – quando o conseguem – muitas vezes têm de aceitar empregos de qualidade inferior. Os progressos para ultrapassar estes obstáculos têm sido lentos e limitados em algumas regiões do mundo. Ainda que, em muitos dos países as disparidades na participação na população ativa e no emprego se tenham reduzido e mesmo quando as mulheres passam do trabalho familiar não remunerado para o sector dos serviços, a qualidade dos empregos proporcionados às mulheres continua a ser motivo de preocupação. A desigual distribuição de cuidados não remunerados e das tarefas domésticas entre homens e mulheres e entre as famílias e a sociedade é um fator determinante das desigualdades entre homens e mulheres no trabalho (OIT, 2016, p. 03).

Entretanto neste caso podemos observar que a nível mundial, a maiorias da população feminina vivem à margem da sociedade com trabalhos informais, e limitações de sua empregabilidade no mercado de trabalho formal, e muitas das vezes em ocupam posições que exigem menor capacitação, recebendo menos do que os homens. Não é explorada sua capacidade de inovação, seus conhecimentos diferentes que venham a complementar, suas habilidades especiais, sua capacitação. É como se a mulher recebesse um rótulo, taxada de gênero indesejado para determinados cargos, ignorada e desprezada.

Nessa perspectiva, Fernandes aponta outros aspetos que também leva a mulher em trabalhos precários:

Fatores que contribuem para a precarização social das mulheres (são): divisão sexual do trabalho; poucas oportunidades quanto à educação; trabalhos informais mal remunerados; pouca saúde e bem-estar; pouca participação nas negociações; e autonomia pessoal limitada (FERNANDES, 2013, p. 7).

Diante disso, percebemos que esses fatores assim como outras contribuíram para tal situação da mulher nos mercados de trabalho. Conforme a Organização Internacional do trabalho (2016), atualmente apesar do desempenho e progresso escolar das mulheres, hoje em dia em vários países há mais mulheres com formação superior em relação aos homens, mas elas

enfrentam várias barreiras para conseguir o acesso ao mercado de trabalho. Ainda analisado a situação da mulher no mercado de trabalho no mundo o Relatório Mundial (2012), observa que a massiva participação da mulher na vida pública além de trazer benefícios para si também traz o mesmo para homens e crianças. Nos últimos 30 anos a inserção da mulher no mercado de trabalho evoluiu significativamente, onde a oportunidade econômica expandiu e impulsionou a entrada da mulher no mercado. Ainda este documento aponta os dados da mão-de-obra feminina em alguns países onde, “a participação da força de trabalho feminino é a mais baixa no Oriente Médio e no Norte da África (26%) e Sul da Ásia (35%) e a mais alta no Leste Asiático e Pacífico (64%) e África Subsaariana (61%)” (RELATÓRIO MUNDIAL, 2012, p.10). Dado isso, ao analisar os dados acima referida podemos afirmar que a participação das mulheres na força de trabalho na África Subsaariana é mais alta em termos percentuais.

Nos países de alta e de baixa renda, em média, as mulheres realizam pelo menos duas vezes e meia mais trabalho doméstico não remunerado e trabalho relacionado a cuidados em relação aos homens. Nas economias desenvolvidas, as mulheres empregadas (por conta própria ou com emprego assalariado) trabalham 8 horas e 9 minutos no trabalho remunerado e não remunerado, comparado a 7 horas e 36 minutos trabalhadas pelos homens. Nas economias em desenvolvimento, as mulheres no mercado de trabalho passam 9 horas e 20 minutos no trabalho remunerado e não remunerado, ao passo que os homens gastam 8 horas e 7 minutos em tais trabalhos.

Afirma ainda o mesmo Relatório, afirma que a participação desequilibrada no trabalho não remunerado limita a capacidade das mulheres de aumentar as suas horas de trabalho remunerado, formal e assalariado. Como resultado, em todo o mundo, as mulheres, que representam menos de 40 por cento do emprego total, compõem 57 por cento daqueles que trabalham menos horas ou em regime de meio período. Além disso, em mais de 100 países pesquisados, mais de um terço dos homens empregados (35,5%) e mais de um quarto das mulheres empregadas (25,7%) trabalham mais de 48 horas por semana. Isso também afeta a distribuição desigual entre homens e mulheres no trabalho não remunerado doméstico e trabalho relacionado a cuidados.

Mediante o relatório da (OIT, 2016), podemos afirmar de que a maioria das mulheres trabalhadoras continuam numa situação frete ao emprego e profissões com caráter informal. Este setor é o que gera mais empregos para as mulheres em relação aos homes. O relatório concluiu que:

O emprego informal é, em três de seis regiões, a maior fonte de emprego não-agrícola para mulheres, mais do que para os homens (África subsaariana, América Latina e Caraíbas e Ásia Meridional). Neste contexto, o diferencial entre homens e mulheres no emprego informal pode atingir os 13 pontos percentuais, como é o caso da África subsaariana (OIT, 2016, p. 5).

Entretanto pelo exposto, segundo este documento podemos afirmar que o emprego informal, (não agrícola) é um mercado que emprega mais mulheres do que os homens, com 13% nos países acima referenciados. Mediante as discussões concluímos que a situação da mulher no mercado de trabalho no mundo não é favorável, constatamos que a divisão sexual do trabalho e dentre outros fatores contribuíram para a precarização de trabalho das mulheres. Finalmente, o futuro da boa modernidade é justamente um mercado de trabalho equilibrado, onde homens e mulheres vão desfrutar do mesmo direito e oportunidade.

1.4. Para uma política de igualdade e equidade de gênero no mercado de trabalho em Guiné Bissau.

Segundo Baticã (2015), para que haja uma política de igualdade equidade de gênero no mercado de trabalho na Guiné-Bissau o governo precisa investir na educação e na formação de qualidade para as meninas/ os meninos e na capacitação econômica das mulheres como fatores importantes que contribuem para a igualdade de gênero, a eliminação da pobreza, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. De um lado também é necessário criar políticas públicas permanentes para mulheres em muitas áreas atividades inclusive a política, ainda ressalta a importância de fazer um trabalho de sensibilização da população no sentido de optarem na formação, sobretudo as mulheres, que as vezes não conseguem ocupar os lugares por causa do baixo nível de escolaridade. Por outro lado, o autor afirma que homens e mulher precisam ser tratadas no mercado de trabalho em pé da igualdade, sem discriminação respeitando os direitos humanos.

Preservar uma linha pragmática relativa a análise da situação da igualdade de oportunidades e benefícios entre homens e mulheres nos documentos estratégicos.

Definir e reforçar proporcionalmente os projectos/programas que realçam os papéis e responsabilidades de meninas e rapazes, homens e mulheres em todos os níveis como agente de mudança.

Elaborar e implementar as parcerias e alianças sólidas para reforçar a sinergia entre atores para promoção da inclusão e igualdade de gênero.

Envolver os diferentes grupos de jovens (meninas e rapazes) para influenciar a implementação eficaz de leis e políticas públicas para promoção de inclusão e igualdade de gênero.

Coordenar esforços para influenciar a elaboração e implementação dos instrumentos sobre pessoas excluídas/discriminadas sobretudo meninas e deficientes.

Dirigir as novas iniciativas globais como recomendações de CEDAW e agenda pós 2015 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS-2030)

Influenciar os líderes políticos, chefes tradicionais e religiosos sobre importância de igualdade e Equidade de Género no processo de desenvolvimento.

Respeitar as Políticas Nacionais de inclusão, estabelecer estruturas que visem promover a inclusão e igualdade de género.

Executar lições aprendidas sobre as boas práticas de inclusão e respeito pela diversidade no local de trabalho;

Melhorar os instrumentos internos existentes e realizar autoavaliação sobre género;

Harmonizar estruturas e sistemas organizacionais que proporcionam a inclusão e eliminar a discriminação no local de trabalho. (BATICÃ, 2015, p .12-13).

Sanca (2014), também aponta alguns mecanismos para uma politica da igualdade de gênero no mercado de trabalho ressaltando que:

“Ser respeitada como ser humano capaz igual aos homens”

“Os homens deveriam colaborar cuidando de casa para pudermos ter tempo de mais trabalhar, também deve existir mecanismos que motiva a nossa inserção no mercado de trabalho”

“Criar políticas públicas para a inserção das mulheres no mercado de trabalho”

“Dar oportunidade para garantir a inserção das mulheres no mercado de trabalho”. (SANCA, 2014, p.54)

Essas são alguns mecanismos essenciais para uma política de igualdade de gênero no mercado de trabalho na Guiné-Bissau.

2 MULHER EM ÁFRICA, REFLEXÕES E DEBATES

Neste capítulo abordaremos a questão da mulher em África desde período pré-colonial até contemporânea, e as dificuldades que ela enfrenta no cotidiano para sobreviver, sua participação na luta de libertação dos seus países, buscando situar melhor, numa perspectiva histórica e filosófica, o tema da minha investigação.

2.1. Situando o texto e o contexto a partir de gênero em África

Segundo Santos (2013), a África é um continente com cinquenta e quatro (54) países e suas respectivas ilhas. E nesses países as trajetórias das mulheres são quase mesmas no que diz respeito a seu papel na família e sociedade. Os países da África que têm o português como língua oficial são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

O continente africano sendo muito diversificado em todos os aspetos, ao falar da mulher africana não se pode generalizar. Bem partindo das literaturas, ao analisar a trajetórias das mulheres em África, ou seja, nos países africanos sobretudo na Guiné-Bissau no qual nossa pesquisa é gestada vê-se que essas mulheres são comprometidas, guerreiras e resistentes no que diz respeito a seu papel na sociedade, família e dentro de sua comunidade. Gomes (2005) refere que as vivências das mulheres em África são muito diferentes das mulheres europeias. A autora afirma que:

O estatuto estrutural acordado à “maternidade” em África, que é o principal factor de diferenciação entre as vivências históricas das mulheres africanas e europeias, na medida em que entre estas últimas implica a sua dependência dos homens enquanto em África é a condição mesma do seu poder e estatuto. (GOMES, 2005, p. 9)

Diante disso, podemos afirmar que a trajetória das mulheres africanas é muito diferente das mulheres europeus, a mulher africana quase não depende tanto de seu marido enquanto que a mulher ocidental é dependente do marido. Começando em da Guiné-Bissau no qual nossa pesquisa é focada, Barros e Semedo (2013), afirmam que, as meninas guineenses casam muito cedo, a partir dos 13 e 14 anos (principalmente nas zonas rurais), isto é o casamento precoce e forçada, e ao longo desse processo são educadas e ensinadas a submeter, obedecer e respeitar seus maridos.

Por um lado, a mulher como não tem a liberdade de escolher o marido do seu gosto, o casamento termina em brigas, ela acaba sofrendo violências físicas, psicológica e dentre outras, por não ser maduras. Muitas das vezes mesmo assim ela mantém segredo no sentido de preservar seu casamento e cumprir com tudo que foi ensinado que é ser uma “boa esposa e dona da casa”, lembrando um ditado africano que diz assim: “sufridur ta padi fidalgu”. O que

significa (sofrimento nos faz nobres), portanto a vida de maioria das mulheres guineense sempre está paulatinamente marcada pelos trabalhos domésticos como pesca, agricultura sobretudo na zona rural, mesmo concluindo segundo grau atuam na economia informal.

Ainda os autores salientam que as mulheres são guineenses normalmente casam com a idade compreendida entre 14 a 18 anos de idade, isto é o casamento não forçado que as vezes tudo depende dos familiares, ou seja, do próprio sujeito e sua comunidade. Só lembrando que essa pratica não acontece apenas na Guiné-Bissau mas também em outros países da África.

As mulheres casam, normalmente, entre os 14 e os 18 anos, dependendo da comunidade e da sua maturidade. Num casamento celebrado de acordo com os rituais fula, a casa de morada da família, os terrenos de cultivo, os bens domésticos do casal, os rebanhos e os animais domésticos ficam normalmente à responsabilidade do marido como cabeça de casal. (BARROS e SEMEDO, 2013, p.36).

De acordo com os autores percebemos que cada etnia possui sua forma de organizar ritual de casamento, no caso dos fulas o homem sendo chefe de família, tem a responsabilidade tutelar os seus bens domésticos. Esses bens domésticos não pertencem a mulher apenas o marido, os terrenos de cultivo, animais, rebanhos. Muitas das vezes até quando o marido morrer alguns familiares não deixam a esposa herdar esses bens doméstico deixado pelo marido.

Mesmo nesta situação, as mulheres nas sociedades africanas têm a habilidade e dinâmicas nos trabalhos de campo e a agriculturas de subsistência familiar. Borges (2015), considera que tradicionalmente nos países africanos, as mulheres participam ativamente em várias atividades econômicas sobretudo no comercio. Ela deu um exemplo concreto das mulheres Nigerianas que também envolvem nos trabalhos econômicos como agricultoras, criadoras de gados, processadoras de alimentos e comerciantes, nestas atividades as mulheres Yoruba se destacaram e são reconhecidas pelas suas dinâmicas comerciais, trabalhando por conta própria. Nos países como Guiné-Bissau, Nigéria, Ghana e Senegal as mulheres também participam nas atividades comerciais muito distante, ou seja de pequenos produtos e, a probabilidade social antecipa determinados tipos de trabalhos para mulheres principalmente o comercio e, por meio dessa atividade muitas mulheres obtiveram importante sucessos financeiros.

Em países como a Nigéria, Ghana, Senegal, e Guiné-Bissau existe uma tradição de mulheres participando no comércio de longa distância ou de retalho e a expectativa social predispõe as mulheres para certos tipos de actividades entre as quais está o comércio, onde são predominantes, e muitas mulheres obtiveram um relevante sucesso financeiro através das suas actividades económicas como comerciantes (BORGES, 2015.p, 8).

Em muitos países da África como a autora reforça, a agricultura e comércio assumiram o papel de destaque como uma das principais fontes da economia, ou seja, fontes de geração de renda para as mulheres. Apesar de que as mulheres enfrentam obstáculos a acesso capital necessário para instalar suas pequenas empresas. Porém Santana (2009) afirma que em Moçambique as mulheres também são sujeitas centrais na produção, assumindo os trabalhos como agricultura e comércio ambulante afim de atender as necessidades de seu núcleo familiar. Para Amaral (1991), no continente africano existe mais trabalhadoras femininas do que masculino, apesar de que as mulheres possuem acesso restrito da terra, o crédito financeiro, a formação profissional e as modernas tecnologias que são elementos muito fundamental para aumentar sua produção e rendimentos.

Apesar disso, Cátia Lopes nos traz vibrante desempenho e vantagem da mulher onde ressaltando que “a mulher sem recursos revela-se melhor lutadora do que o homem, porque mais consciente com o presente e o futuro dos filhos está mais disposta a trabalhar e a fazer maiores sacrifícios pelo seu bem-estar” (LOPES, 2011, p. 23). Isso demonstra claramente a vantagem o empenho e do importante papel das mulheres na família. Baticã (2015), confirma que apesar dessa contribuição, a mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades. Para o autor.

Apesar da participação das mulheres na força de trabalho tenha vindo a aumentar de forma sustentada em todo o mundo, as desigualdades existentes com base no sexo têm-se intensificado em termos de salário e condições de trabalho. As mulheres continuam a enfrentar barreiras que lhes impedem a emancipação econômica e as capacidades empresariais. Entre esses obstáculos, contam-se a discriminação em termos de ensino, formação, contratação, acesso ao crédito, o direito à propriedade e à herança, níveis salariais mais baixos, promoção para trabalho igual e maiores responsabilidades domésticas. (BATICA, 2015, p. 39).

Por sua vez Santos (2013), também afirma que as mulheres africanas são base da economia do seu continente, porém o continente depende excessivamente da mão de obra feminina, no qual 70% das mulheres trabalha na agricultura e essa é feita pelas mulheres não pelos homens. Ainda assim são responsáveis pelo sustento dos filhos/as, comedia, escola/universidade, aluguel de casa etc. Neste continente as mulheres conseguiram alcançar grande sucesso graças as suas dinâmicas e habilidade de empreendedoras. Portanto o continente desenvolveu economicamente graças a participação efetivas das mulheres. Segundo o autor até a Organização Internacional de Trabalho (OIT), atribuiu o termo chamado “trabalho de pobre” para as pessoas que atuam no setor informal na qual a maior parte delas são mulheres. Para ele no continente africano as empresas administradas por mulheres estão crescendo cada vez mais sobretudo as empresas informais de negociações comerciais. Embora haja poucas pesquisas relacionadas a essa temática. Por sua vez Amaral (1991), também afirma que na África

subsaariana entre 60% e 80% de agricultores são mulheres. O que significa que as mulheres na sua maioria trabalham no campo.

Entretanto segundo Baticã (2015), ressalta que o empoderamento é muito essencial para um continente em desenvolvimento como África, porque concede a homens e mulheres a capacidade de decidirem sobre si, ou seja garantem a oportunidade de fazerem suas escolhas. Apesar disso o autor afirma que “O empoderamento é aplicação explícita de capacidades de homens e mulheres de fazerem suas escolhas de vida, seus pensamentos estratégicos e gozar dos seus direitos fundamentais” (BATICÃ, 2015, p. 33). De um lado ainda nessa linha podemos afirmar que o empoderamento feminino é uma arma para as mulheres lutarem contra as relações patriarcais, ao poder dominante do homem e a dominação tradicional impostas sobre elas, para poder ganhar o direito de decidir e controlar seus corpos, e dentre outros direitos.

2.2. O legado da África pré-colonial na compreensão das relações de gênero

Bem nesta sessão abordamos numa forma generalizada a situação da mulher africana no período pré-colonial, relação de gênero, sua contribuição econômica por meio das atividades associativas, lutas e conquistas.

Segundo Amaral (1991), no período pré-colonial em várias sociedades africanas, as raízes dos movimentos sociais baseados no gênero já penetravam no desenvolvimento de uma divisão sexual de trabalho. Conforme autor a intrusão colonial trouxe novas dimensões que gera diferenciação entre os gêneros. Porém o trabalho assalariado e a produção para a exportação eram considerado como atividades de homens, enquanto que as mulheres mantinham-se a produção de alimentos e sua comercialização local.

Para Borges (2014), o continente africano, tem assumido papel de destaque pelas suas dinâmicas associativas, sobretudo na costa Ocidental, onde as associações de mulheres se multiplicaram por meio dessas atividades nas zonas rurais assim como urbana. Para ela estas práticas associativas organizadas pelas mulheres nas sociedades pré-coloniais, está ligado com a assimetrias de gênero, onde na comunidade local a estrutura do poder e o sistema de linhagem são dominados por homens, e as mulheres são excluídas de poder e de autoridade públicas, isto condicionaram as mulheres a criarem estratégias econômicas por meio de organizações associativas voluntárias apoiada pela solidariedade com a finalidade individual e comum.

As estratégias associativas das mulheres estão, deste modo, diretamente relacionadas com a estrutura de poder e assimetria de gênero nas sociedades africanas pré-coloniais, nas quais as associações femininas proporcionavam as bases organizativas para promover os interesses econômicos, sociais e políticos das mulheres. Dito de outro modo, esta predisposição das mulheres para se organizarem segundo princípios de filiação individual e voluntária, seria uma consequência da sua <<solidão social>> (BORGES, 2004, p. 24-25).

Resumindo, conforme a autora compreendemos que as dinâmicas associativas de mulheres em África, tem sido caracterizado como atividade e hábitos feminino, baseada no costume, ou seja, na maneira de como as mulheres agrupam em reuniões de associações, embora essa pratica foi afetado devido a forçosa colonização, que com decorrer deste período a administração colonial não as reconheceu onde, ressurgiu apenas após o colonialismo.

Por um lado, ela afirma apesar de desconhecimento e desvalorização desta prática pela administração colonial, as mulheres africanas continuaram com a suas práticas do associativismo feminino no período pós-colonial e até contemporânea. Por outro lado, muito embora um essa prática sofreu um pouco de alterações nas sociedades africanas contemporânea em termos de estruturais. Por outro lado, a massiva presença das mulheres nas associações nas sociedades contemporânea explica-se como mecanismo, ou seja, estratégias no sentido de tentar resgatar uma tradição associativas que elas praticavam no período pré-colonial, que foi ignorada pela administração colonial (recorrendo recurso a um costume), no contexto de técnicas de instrumento social.

Segundo a autora existe uma nítida diferença entre o associativismo pré-colonial e a contemporânea, na qual a pré-colonial envolviam as pessoas da mesma idade, gênero, grupo de trabalho, dança e dentre outras.

No entanto, entre as associações pré-coloniais e as atuais existem diferenças significativas. Na África pré-colonial as associações de mulheres incluíam os grupos de idade, gênero (sociedades dos ritos de iniciação), sociedades secretas e grupos de trabalhos e dança, que podiam fornecer uma estrutura organizativa para funções políticos e sociais mais vasta. (BORGES 2004, p. 25).

Entretanto, percebemos que naquela época os integrantes de associações de mulheres eram predominantemente pessoas da mesma idade, gênero ou pessoas com vínculo de parentela ou da mesma comunidade, e a adesão de qualquer indivíduo era ordenado formalmente, dependendo da iniciativa do própria sujeito, ai é que está a diferença, isto diferencia das associações contemporâneas organizadas por mulheres que pautam mais pra os princípios tradicionais no sentido mais solidário e ajuda reciproca uns com os outros baseado na mutualidade. Para essa autora as associações contemporâneas são elaboradas nos centros

urbanos, onde os indivíduos aderem por iniciativa própria agrupando com pessoas de etnia, gênero, idades.

Ainda a autora acima citada percebe que as mulheres sendo sujeitas com menos poder nas hierarquias de estrutura de parentesco, por um lado vivendo com os familiares do seu marido, e por outro lado sua possibilidade de acesso a recurso no seio da sua própria família é restrito, permaneceriam marginalizadas socialmente, tal razão que proporcionaram as mulheres a uma ideia e a oportunidade, competindo para o fenômeno de associativismo voluntário feminino.

As mulheres estando menos constrangidas pelas hierarquias das estruturas de parentesco, uma vez que, vivem entre a parentela do marido, e por outro lado, o seu poder e acesso aos recursos no interior da sua própria família é limitado, estariam <<marginalizadas>> socialmente, o que teria propiciado os motivos, os meios e as oportunidades, para sua autonomia e individualização, concorrendo para o fenômeno do associativismo voluntário feminino (BORGES, 2004, p. 24).

Segundo a autora as mulheres africanas sendo sujeitas marginalizadas socialmente, teriam que criar suas estratégias de subsistência por meio das atividades associativas informais voluntárias.

Portanto, Silva (2010) afirma que as mulheres desempenharam papel muito importante nas sociedades africanas desde o período pré-colonial, isto é, no contexto das atividades informais. Ainda a autora, mostra que esta modalidade de comércio informal, é uma atividade muito comum e predominantemente praticada pelas maiorias das mulheres no continente africano, as mulheres que envolveram nesta atividade dependendo de contexto, recebem diferentes nomes em Angola são chamadas de: zungueiras e quitandeiras. Para ela o local privilegiado de mulheres africanas desenvolverem suas atividades econômicas surgiu no período pré-colonial, na qual sumiu em algumas sociedades durante o período colonial apenas ressurgiu após as independências a partir das décadas de 1980 nos países que adotaram o modelo de desenvolvimento com o plano de estabilização e ajustamento estrutural.

Entretanto, conforme essa autora percebe que o setor informal é muito difícil de caracterizar. Geralmente são considerados todos os trabalhos, ou seja, atividades econômicas que e nem pagam os impostos. Conforme Tatiana Silva (2010).

No entanto, o setor informal é sempre difícil de definir. Em geral, considera-se que abrange todas as atividades econômicas que não pagam impostos. No entanto, as fronteiras entre os setores formal e informal ficam ambíguas, na medida em que há grandes empresas “formais” que fogem das suas obrigações fiscais, enquanto que muitos vendedores “informais” pagam diariamente taxas aos fiscais municipais. De fato, não existe uma definição realmente satisfatória, mas de uma forma geral

podemos caracterizar como informal as atividades não-licenciadas e constituídas, em grande parte, por atividades de auto-empregos. (SILVA 2010, p. 9)

Conforme o trecho acima citado a autora percebe que o limite entre os mercados formal e informal, ficam meio obscuros uma vez que, as grandes instituições “formais” no caso as (empresas) não cumprem com as leis da legislação do trabalho, e deviam das obrigações fiscais, diferentemente do mercado informal que todos os vendedores pagam as taxas fiscais municipais todos os dias. Para ela, não há nomenclatura para caracterizar concretamente este setor, mas em outras palavras podemos caracteriza-las como todas as atividades não baseadas na legislação trabalhista, onde os indivíduos trabalham por conta própria.

De acordo com a autora em maiorias dos países da África subsaariana os trabalhos informais, ou seja, as atividades informais são predominantemente desenvolvidas pelas mulheres. Essa feminização dessas atividades tem fortalecido a evolução ou a expansão do setor informal nas sociedades africanas sobretudo em Cabo-Verde.

Ao analisar o mercado informal, a autora constata-se que em 78% de chefes de famílias encontra-se neste agregado pelo menos uma pessoa que trabalha no setor informal. Ainda destacando que um percentual de 47% são mulheres. Essa maior presença das mulheres neste setor nas atividades informais, explica-se por vários fatores como, “a flexibilidade do horário, que permite conciliar com outros deveres, incluindo as tarefas domésticas (SILVA, 2010, p. 9). Além das atividades informais serem facilmente de se adaptar, as pesquisas mostram, que os salários médios de pessoas que trabalham mercado informal são maiores do que os funcionários do setor formal. Diante disso, compreendemos que outro fator que também explica essa situação é que a maioria de mulheres que atuam neste setor possuem baixo nível de escolaridade e sem formação e qualificação profissional para ingressar o mercado de trabalho formal, por isso criaram estratégias econômicas voltadas a comercialização de vários produtos no setor informal.

Em suma, conforme a discussão conclui que associativismo feminino e atividades econômicas informais não é uma prática contemporânea, começou desde período pré-colonial nas sociedades africanas apesar de ser interrompida pela administração colonial no período colonial, mas resgatada no período pós-colonial pelas mulheres.

2.3 Mulheres africanas no período colonial.

Nesta sessão debateremos a questão das mulheres africanas no período colonial o papel desempenhado e sua contribuição durante o referido processo.

Segundo Santos (2009) não é somente a Guiné-Bissau que vivenciou a experiência colonial, mas alguns países africanos também utilizaram a luta de libertação como meio de conquista de suas independências por exemplo, Moçambique, Angola, Cabo-Verde, São Príncipe etc.

As mulheres africanas neste período desempenharam papel importante na luta e resistência contra o jugo colonial. Para ele “As mulheres africanas exerceram um papel importante na luta pela independência dos países africanos, como combatentes fizeram parte de contingentes militares, e foram ativistas decisivas como na luta contra o apartheid na África do Sul” (SANTOS, 2013, p. 2). Com base nessas teorias podemos aprovar a importância, empenho e resistência da mulher africana no referido processo, para este autor graças a participação massiva das mulheres na luta pela libertação conseguiram sair vitoriosos.

Segundo Monteiro (2009), as mulheres cabo-verdianas além de estarem na situação de mulheres-esposas ou mulheres-esposas-mães, algumas desempenharam tarefas importante apoiando a luta nas principais áreas como: educação, informação, e comunicação, relações externas, finanças, frente de batalha, estruturas clandestinas, etc. Em contrapartida em Lopes, também reconhece o esforço delas onde, afirma que as mulheres angolanas sempre lutaram lado a lado dos homens em todos os sentidos, afirmando que “Evidencia-se assim o quanto as organizações de mulheres, tanto do lado do governo como da guerrilha, ajudaram os homens, seja como carregadoras de armamentos e munições, seja como mobilizadora, cozinheiras e até mesmo na linha de frente dos combates” (LOPES, 2010, p. 121). Segundo o autor podemos afirmar que, as mulheres além de participarem não linha de frente faziam outras atividades que envolvia carregamento de armamento e cozinha, sendo assim podemos afirmar que foram as mulheres que alimentaram a luta de libertação nos seus países.

O período colonial na Guiné-Bissau, como refere Gomes (2016), também “as mulheres insurgiram-se ao lado dos homens desde os tempos da resistência à conquista colonial e também durante a luta pela independência” (Gomes 2016, p. 125). Para a autora durante o referido processo as mesmas revelaram seus reconhecidos talentos no que refere o comprometimento de

ações em prol a preservação e da restauração da liberdade confiscada durante a luta pela libertação colonial.

Ainda realça a majestosa figura da mulher como rainha Okinca Pampa dos povos Bijagós, que no começo do século XX suspendeu o conflito armado contra a evasão portuguesa no território guineense. De um lado, a autora traz narrativas histórica de outras mulheres que desempenharam papel de responsáveis políticas como Carmem Pereira, Teodora Inácio Gomes e de combatentes militar como Titina Sila ou de governantes de largas regiões como Francisca Pereira, Tenem Camara membro de um dos Tribunais Populares instituídos nas zonas libertadas na década de 60. Ainda autora realça que essas mulheres lutaram na frente de combate ao lado dos homens e outras mulheres que participaram do processo também seguiram o exemplo delas.

Apesar do empenho das mulheres no processo da luta pela independência de seus países, eram vítimas de abusos sexuais. Em angola, ao aprofundar-se na discussão, é possível encontrar referências bibliográficas sobre as referidas questões. Por exemplo, Dias Helenice, mostra claramente nos depoimentos de que havia denúncias de abusos das tropas nesse período: Durante este conflito, foram perpetradas graves violações dos direitos fundamentais das mulheres e do direito internacional. As mulheres foram expostas aos abusos sexuais, agressões físicas e psicológicas, pilhagens efetuadas pelas tropas das mesmas partes. Como podemos ver nos depoimentos abaixo citados.

No tempo de guerra, nós mulheres não podíamos vir muito cedo à praça, porque no caminho os homens nos violentavam, tanto os civis como militares, você não podia fazer nada, guerra não tem lei, não tens para onde se queixar. Dias apud CARVALHO FILHO, 2000:13-14). P 5).

O depoimento acima relata a violência sexual contra a mulheres angolanas. Elas afirmam de que no período colonial eram vítimas de violências sexuais no caminho pelos civis assim como os próprios militares, o pior de tudo na época não tinha como recorrer as autoridades para denunciar. Apesar de todos os esforços e sacrifícios durante a luta de libertação, as mulheres defrontaram com graves práticas de violações dos direitos humanos no período pós-colonial assunto que debateremos em seguida.

2.4. Situações da mulher na África pós-colonial

Nesta seção abordaremos a situação da mulher na África depois das independências nos países africanos. Segundo Carvalho (1987), a conferência de Berlim (1884-85), impulsionada

por Portugal e cumprida na Alemanha, induziu inesquecivelmente a direção do continente africano.

Segundo Carvalho (1989), constatamos que a situação da mulher em África neste período foi desfavorável, marginal e de opressão, desde o momento em que ela começa a ser vendida como mercadoria nas rotas do tráfico negreiro em relação ao homem. Ainda nessa situação a sua habilidade de procriar a faz subcarregar da responsabilidade de cuidar das crianças. Com esse aumento da de seus trabalhos a mulher tinha que responsabilizar de outras tarefas que o homem não fazia. Sendo assim a mulher nessa condição de mercadoria, o proprietário podia vende-lo ou troca-lo conforme o seu desejo, tudo isso diminui o progresso da mulher e sua situação tornou ainda mais precária faz aumentar a poliginia e a prostituição. O século XV, em África a poliginia era uma prática muito comum, porque os homens compravam escravas africanas para as tornarem suas propriedades sexuais por algum tempo e depois as vendiam juntamente com filhas, pois nos países africanos é muito comum encontrar chefes de famílias com dois ou mais de três mulheres principalmente nas zonas rurais tabancas/aldeias. Santana ressalta que:

Pelo costume, no sistema patrilinear as mulheres tinham a obrigação de se deslocarem para a casa do marido. Elas recebiam um terreno onde deveriam se dedicar ao cultivo agrícola, podendo o esposo multiplicar esses bens através do aumento do número de posses das suas esposas. Em caso de viuvez, as mulheres passavam a ser esposas do irmão do falecido, a recusa trazia sanções como a perda de toda herança e até o direito aos filhos.

Para a Frelimo, as mulheres de famílias poligínias eram exploradas pelo marido, uma vez que eles acumulavam riquezas com o trabalho gratuito de suas esposas. Embora na perspectiva do Estado moderno ocidentalizado esse papel social e econômico ainda fosse reconhecido como pertencente ao mundo doméstico, não se pode negar que o ambiente domiciliar nesse contexto africano superasse o caráter de privado, vindo a tornar-se também público. (SANTANA, 2009, p.84)

Santana mostra claro a desvantagem ou seja a maneira como a mulher africana é explorada no casamento pelo próprio marido, pois os homens acumulavam riquezas, bens através da produção agrícola de suas mulheres (esposas), de um lado ela é tratada como uma escrava sexual, uma vez que vai servir o marido em todos os sentidos da vida matrimonial, e depois da morte vai servir novamente o irmão do seu marido como esposa (herdeiro). Com tudo mais tarde a mulher vem superando o espaço doméstico privado para o público.

Carvalho (1978), chama atenção de que ainda hoje persiste a práticas que submete a mulher a comercialização nas redes de tráfico e as alistaram desvantagem, enganando as com promessa insignificante. Ainda essa autora afirma que presentemente a indústria de sexo dinamiza mais de 30 mil milhões de dólares que corresponde à um milhão de mulheres que

estejam sujeitas a tráfico sexual. Para ela as raparigas/meninas eram forçadas a prostituírem-se para manter o sustento dos familiares, ou seja, eram comercializadas para o Ocidente como escravas sexuais por parte da sua própria família. E além dessas práticas mulheres e crianças eram vítimas de tráfico de órgãos no mercado negro. Segundo essa autora outro crime alicerçada no gênero, é a prática da mutilação genital feminina (MGF) que prejudica a saúde de raparigas/meninas e mulheres quase em 28 países do continente africano, e tem sido sustentado pela tradição. Contudo Silva (2015), afirma que muitas das vezes a tradição é manejado como cobertura para legitimar as práticas da mutilação genital feminina.

Segundo essa autora na Guiné-Bissau, essa prática continua enraizada em determinadas comunidades, sendo encarrada por elas como tradição religiosa, e dizem que as praticam pelo bem das suas filhas. Para a autora Mutilação Genital Feminina é vista como uma passagem para a vida adulta, sendo considerada um ritual no qual a menina ou rapariga se torna mulher. Essa prática pode ser realizada utilizando objetos cortantes básicas, como tesouras, facas, pedaços de vidro.

Silva (2015), afirma que qualquer tipo de Mutilação genital feminino provoca danos nos genitais femininos e no seu funcionamento, originando complicações físicas que podem ser mais ou menos graves consoante o tipo de corte e sua extensão; quem realiza a mutilação, a existência ou não de condições assépticas e a própria condição física da mulher, rapariga ou menina. Essa prática constitui uma agressão a integridade física das mulheres e raparigas /meninas, muitas vezes violando seu direito a saúde, também ocorre de maneira generaliza em certas comunidades.

Esses sujeitos são mobilizados por outras parentes mulheres, o procedimento é feito sem nenhum tratamento anestésico, existindo um confronto por parte da rapariga/menina ou mulher que vai sofrer o corte. Sendo uma prática tradicional constitui uma forma de violência contra meninas, mulher, jovens que acaba privando as de seus direitos. Este facto faz com que os danos corporais possam na maior parte dos casos, ser maiores do que o “esperado”. A idade em que essa pratica é realizada varia de uma região para outra, e pode ocorrer entre os 0 e os 14 anos, poucos dias após o nascimento, antes da rapariga se casar e/ou após a primeira gravidez. Durante essa pratica as meninas recebem ensinamentos morais sobre o casamento e dentre outros conselhos, no qual a Carina Silva caracteriza como um ritual da iniciação feminina.

É que, antes do corte, as meninas são mantidas em reclusão e durante este período de tempo são-lhes passados ensinamentos sobre moralidade, as leis da tribo, códigos sociais,

casamento, como ser uma boa esposa e de como se devem comportar com os mais velhos e com outras faixas etárias. (SILVA, 2015, p.16)

Na Guiné-Bissau enquanto essa prática é legitimada em algumas tradições e pela religião muçulmana, mas pelo visto não consta no corão de que essa prática é obrigatória, simplesmente a adotaram como uma prática dentro dessa religião. Ainda Silva, confirma que a pratica de mutilação genital feminina em muitos países africanos e do Oriente Médio, é encarrada como uma pratica que traz vantagens sociocultural para a mulher na sociedade, ou seja, respeito para ela dentro da sua comunidade “a moralidade, virgindade, honra, casamento e controlo sexual” esses são motivos lógicos usadas para explicar a pratica de excisão. Ainda essa autora afirma que para as mulheres nesses países o casamento e a reprodução podem levá-las a umas condições de vida estável e subsistência. Assim sendo a mulher assume essa prática por mais que seja trágica e prejudicial, no sentido de assegurar o seu casamento, segurança econômica, hábitos e costumes de suas comunidades. E muitas das vezes a maioria destes casamentos são forçados e precoce.

De acordo com o Documento de Estratégia Nacional de Redução da pobreza na Guiné-Bissau (DENARP, 2011), aponta que a fragilidade do sistema judicial e de segurança corrobora para algumas práticas socioculturais e violação dos direitos humanos das mulheres alicerçada no gênero e a mutilação genital feminina, apesar do Governo tem realizado esforço em matéria dos direitos humanos. Ainda o mesmo documento indica “que 44,5% das mulheres com idades compreendidas entre 15 e 49 anos são sujeitas à prática de excisão. Os casamentos precoce e forçado são também uma das formas mais frequentes de negação dos direitos das mulheres, com uma taxa de 27% a nível nacional para os menores de 18 anos” (DENARP II, 2011, p. 22).

Segundo o Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010-2012), outro crime que podemos mencionar aqui também é o da violência doméstica contra mulher que ainda persiste nos países africanos concretamente na sociedade guineense. Neste país não tem uma lei específica que protege a mulher de qualquer tipo de violência, como por exemplo o Brasil tem a lei “Maria da Penha” que protege a mulher de todas as formas de violência. De um lado a violência doméstica manifesta-se em várias formas sobretudo com as violências psicológica, físicas, econômicas e sexuais etc.

A violência contra as mulheres é generalizada, mas continua sendo pouco denunciada e raramente é levada ao conhecimento das autoridades judiciais, tendo em conta as normas

culturais e os tabus, a ausência de agentes de segurança e de recursos econômicos adequados muitas das vezes bloqueiam qualquer possibilidade de procurar reparação e justiça para responsáveis de tais atos. Por outro lado, governo e a sociedade civil por sua vez, deve promover ações de formação e educação sobre direitos humanos e desigualdades de gênero a membros dos órgãos da comunicação social, treinando ativistas e membros de associações locais, no sentido de sensibilizar as comunidades de que a prática da violência contra mulher é um crime que pode ser combatida com as denúncias.

Em relação às mulheres, o exercício dos seus direitos é posto em causa devido: a persistência de lacunas jurídicas - as leis sobre o casamento precoce e forçado, violências domésticas, o acesso difícil às instâncias judiciais, a falta de estruturas de acolhimento e de protecção das mulheres em situação de risco, atitudes e comportamentos estereotipados e a violência. Segundo uma pesquisa realizada em 2010 pelo IMC e Ministério do Interior, foi registado nos últimos cinco anos, um total de 22.598 casos de VBG em todo o território nacional, dos quais as violências físicas e sexuais representam uma média de 40% e 60% dos casos, respectivamente. (DENARP II, 2011.p 25).

Interpretando o relato acima descritos compreendemos que existe um percentual muito grande no que concerne a prática da violência contra mulher sobretudo nas zonas rurais. No entanto não existe uma delegacia especializada que atende as demandas e nem um centro de acolhimento e proteção para as mulheres vítimas da violência, mesmo tendo esses centros a sujeita não tem como recorrer as autoridades uma vez que os agressores são os próprios familiares da vítima, em muitos casos as mulheres preferem ficar caladas sem denunciar o agressor, porque se denunciassessem acaba sendo mais violento de novo.

A mulher ainda nessa situação contribui muito no crescimento econômico de seu continente.

Ainda falando da situação da mulher no período pós-colonial, Amaral (1991), afirma que após a independências a maioria das mulheres continuaram na situação de marginalização e colocadas em segundo plano nas instituições centrais. Por outro lado, o autor afirma que a condição feminina africana no período pós-colonial é de suma importância, no qual a maior parte das mulheres envolveram ativamente na economia e contribuem significativamente para PNB, contudo sem algum benefício do poder e decisão. Sua presença estima-se em 78% da produção agrícola, 80% do processamento de alimentos 80% na procura de combustível (lenha), 80% do fornecimento de água ao lar, 90% de fabricação de bebidas (cerveja), 50% de criação de animais. Por outro lado, também afirma que na África subsaariana 60% a 80% de trabalhadores na agricultura são mulheres. Contudo a maior parte delas continuaram em situação de marginalização e foram afastadas das instituições centrais.

Ainda Amaral realça que hoje em dia em muitos países as mulheres já não pensam ser inferior ao homem. Na verdade, sua maior dificuldade é a falta de oportunidade e de recursos que podem melhorar os seus estatutos e de sua capacidade de competir com os homens em pé da igualdade. Ainda ressalta que essa oportunidade e recursos continuam desproporcionalmente controlados pelos homens, porque dominam os sistemas onde são feitas as partilhas e distribuição. O autor afirma que os homens usam desculpas socioculturais desatualizadas para excluïrem as mulheres de posição política e de tomada de decisão. A partir dessa reflexão teórica podemos chamar atenção de que as práticas culturais não poderão ser invocadas como justificações pelas violações dos direitos humanos e das mulheres. Neste sentido Santos argumenta que:

Depois da luta pela independência dos países africanos, a reorganização do Estados recém instalados, as mulheres não foram incorporadas de imediato nas estruturas de poder político. Embora as mulheres e os homens tivessem direitos mais formais na África pós-colonial, o modelo ocidental privou as mulheres da influência política que tinham em muitas sociedades tradicionais. (SANTOS, 2013, p. 4)

Diante disso compreendemos que após a independências com reorganização de Estado novo as mulheres não foram incluídas logo na política, tendo em conta o modelo ocidental que não as permitia e nem incentivou a participação da mulher na política.

Complementando o que Amaral afirma, Santana (2009), também concorda dizendo que em muitas sociedades africanas a camada feminina desempenha papel fundamental na economia, embora muitas das vezes seu trabalho nem sempre é reconhecida e remunerado. Concluindo conforme o autor refere acima percebemos que as mulheres africanas trabalham muito sobretudo a dupla jornada de trabalho, principalmente as que atuam no setor informal e agricultura de subsistência, passam o dia todo nas bolanhas, plantando arroz, e as que são horticultoras também fazem mesmo trabalho de produzir seus produtos muita das vezes com criança na costa, só voltam para casa à noite, ainda nessa situação ela vai cuidar do marido e dentre outros membros da família. Embora na família seu papel tem sido reconhecido, mas inda persiste as práticas de violências domésticas como: agressão física, psicológica etc. Enquanto que a maioria dos homens só trabalham uma jornada de trabalho fora de casa.

2.5 Situação da mulher em Guiné Bissau.

Nessa seção abordaremos a situação enfrentada pela mulher em Guiné Bissau, suas lutas cotidianas. Em meio a uma realidade tão dura em que a mulher guineense vive, o que falar sobre ela? Portanto, como uma forma de esclarecer o assunto, abordaremos a contribuição e o empenho da mulher, os problemas, e dificuldades que elas enfrentam no cotidiano. Vivendo numa sociedade fundamentalmente marxista, a mulher é considerada e tratada como um ser frágil e inferior, portanto nesta situação é muito difícil a mulher desenvolver e compartilhar sua capacidade intelectual. Desde os tempos mais remotos a mulher era vista como a responsável unicamente pelo lar, delegando as atividades domésticas como cozinhar, lavar roupas e educar os filhos. Com o passar do tempo, foi sendo reconhecida essa visão sobre a mulher, que muito é devido à grande competitividade que está presente na sociedade.

Diante disso Sanca (2014), salienta que desde primeiro momento histórico na Guiné-Bissau as mulheres desempenharam funções importante no decorrer da colonização portuguesa e na luta pela libertação nacional. No período da convocação elas disponibilizavam suas residências para reuniões ilegais do partido. Além disso, fiscalizavam e forneciam as informações de como as tropas portuguesas movimentavam. Nessa perspectiva a autora comenta que “Algumas se destacaram como heroínas nacionais (Okinka Pampa, símbolo da resistência nas ilhas Bijagós, Titina Silá, Teresa Badinnca, Quinta, etc.), todas elas mortas heroicamente durante a guerra de libertação nacional, mas cujas figuras representam as bravuras das mulheres” (SANCA, 2014.p,34).

No entanto, durante o período da luta de libertação nacional, as mulheres guineenses mostravam a resistência e algumas delas se destacaram e ficaram reconhecida na história da Guiné-Bissau, porem continuaram lutaram pela sua efetiva emancipação na sociedade. A Titina Silá ficou reconhecida como heroína da Guiné-Bissau. Ainda outras como a ex-combatente e uma das dirigentes do PAIGC, Carmen Pereira, Teodora Inácia Gomes e dentre outras que marcaram a histórica no referido processo por terem participado e desempenharam papel muito importante na luta pela independência, de um lado vale ressaltar que foram as mulheres que alimentaram a luta de libertação no país. Essas mulheres foram exemplo das resistências no referido período, apesar que houve a “feminização” dos trabalhos desempenhadas por elas. Patrícia Gomes justifica que:

A luta de libertação trouxe mudanças profundas, no processo educativo até então existente: centenas de crianças, independentemente do sexo, foram escolarizadas, tendo em conta as realidades locais. Nesse processo, as mulheres se destacaram, tendo

participado ativamente nos diversos programas educativos de implementação, como professoras e formadoras, em todas as regiões subtraídas ao domínio colonial, apesar de o seu papel se ter limitado, fundamentalmente, aos âmbitos considerados “tipicamente femininos” (educação, saúde, transporte e preparação de alimentos). (GOMES, 2015 p.7).

Do ponto de vista teórica, Gomes (2015), salienta que os primeiros documentos escritos sobre a condição feminina e sua importância no referido processo surgiu na face do processo da luta anticolonial. De um lado, isso demonstra que, as mulheres sempre estiveram ao lado dos homens, desempenharam papel muito importante no desenvolvimento económico, sociocultural e política do país. Mas por outro lado, percebe-se que sua participação está limitada a um determinado ambiente desfavorável como pode notar nas testemunhas de uma mulher combatente abaixo, afirmando que:

Eu via a participação das mulheres na luta como algo normal. Mas era muito duro, caminhávamos quilômetros para ir buscar água para as necessidades quotidianas dos guerrilheiros e das comunidades (...) participávamos como enfermeiras e estávamos presentes nas intervenções cirúrgicas, acudíamos aos feridos de guerra e prestávamos os primeiros socorros. (...). Nós as mulheres trabalhamos muito e quando chega a hora de atribuir cargos políticos e de responsabilidade a nível do Estado chamam sempre os homens para os ocupar (...). Em relação às campanhas eleitorais, quem trabalha? São as mulheres! São elas a dar a força e a trabalhar para garantir a vitória aos homens, mas quando chega o momento de dirigir, são sempre os homens. Pergunto-me porque as mulheres não comandam? Isto é algo que me faz pensar muito! (GOMES, 2016, p. 133).

Segundo o testemunho de Nharbate N’Ghada membro das Milícias Populares durante a luta armada na Guiné-Bissau, na zona sul, acrescentou que as atividades que as mulheres faziam durante a luta pela libertação nacional eram quase “feminizadas” aquelas ditas “trabalho de mulher” que envolvia o transporte de materiais, alimentos e armamentos para os homens na linha de combate. Por cima de tudo, todas essas cargas eram transportadas na cabeça e as distâncias eram longas. Suas atividades na política consistiam principalmente na mobilização de pessoas e especialmente na adesão dos jovens à luta armada. As mulheres também eram treinadas como ativistas políticos. Durante as campanhas eleitorais elas continuaram a trabalhar auxiliando os homens, no sentido de alcançarem a vitória.

Ainda analisando a fala de Nharbate N’Ghada percebe-se a marginalização e o não reconhecimento de suas contribuições como sujeitas participante na história do referido processo, e descontente com a situação elas reclamam o status e lugares que elas ocupam na sociedade guineense após a independência. Ainda lamentou afirmando que os homens são atribuídos cargos políticos de responsabilidade com maior prestígio, enquanto que elas não são chamadas para ocupar esses cargos como se fosse que elas não estiveram ao lado dos homens.

Ainda realça que após independência, apesar de sua contribuição ativa das mulheres no processo de luta de libertação e na construção de um novo Estado.

Conforme afirma Gomes (2016), o governo guineense não investiu na formação da mulher em relação aos homens, elas foram enganadas com o discurso da igualdade de gênero, essa situação faz com que elas permanecem menos alfabetizadas, e não conseguem ocupar cargos de maior relevância social, tudo fica sob tutela dos homens. Isto é, o fator que contribui para não progresso das mulheres. Com base nas afirmações da autora questionamos a onde está o reconhecimento das mulheres como sendo sujeitos protagonistas ativa na luta pela libertação nacional e da construção de um estado Nação? Lopes (2010), responde a questão afirmando que “O não reconhecimento deste esforço bravio e sem medidas pelos homens e pelo Estado colocou essas mulheres em uma situação de desigualdade, obrigando-as a se inserir, hoje, a um mercado informal e totalmente desregulado” (LOPES 2010, p. 121). O autor mostra claramente que se as mulheres fossem reconhecidas e apoiadas, elas não permaneceriam em situação de desigualdade e num mercado informal, iam atingir o mesmo status social que o homem. Não ia permanecer na situação de desigualdade, discriminação e exclusão social. Portanto todas essas situações impedem as mulheres de assumirem as responsabilidades dos cargos que exige o alto nível de escolaridade. Apesar disso Sanca acrescenta que: “Durante esse período, uma maioria de mulheres foram confiadas a posto de responsabilidade política que exigia normalmente capacidade intelectuais sólidas, devido à falta de acesso a escolarização e, por outro lado, pela sociedade patriarcal na qual estão inseridas” (SANCA, 2014, p.34).

Para essa autora, na Guiné-Bissau as mulheres começaram a inserir na esfera pública com o início da democracia que terminou nas primeiras eleições democrática em 1994. A partir desse momento um grupo de mulheres intelectuais intercalaram no novo Estado-Nação. Apesar do Estado guineense recentemente demonstrou o esforço em matéria da igualdade e equidade de gênero, mas mesmo assim as mulheres enfrentam muitas dificuldades de ocupar cargos nas representações sociais e de maior relevância social. Pelo exposto em outras expressões podemos afirmar que os mercados de trabalho continuam segregados nos valores masculinos, onde o machismo, preconceito, discriminação acaba afastando as mulheres do mercado de trabalho formal e da tomada de decisões.

Sendo assim, percebemos que enquanto persiste a violência com base no gênero as mulheres jamais poderão ser iguais ou desfrutar de iguais direitos e privilegio com os homens. Segundo Barros e Semedo (2013), durante o período colonial Amílcar Cabral lutou muito pela

igualdade entre homens e mulheres, onde distribuía os trabalhos de forma igualitária a todos homens e mulheres, com base nessas afirmações percebemos que Amílcar Cabral foi quem alertou ou seja incentivou as mulheres a participarem na política e uma vida profissional.

Refletindo na educação como um fator fundamental para ascensão social. Segundo Gomes na Guiné Bissau as sociedades tradicionais têm uma visão estereotipado sobre o papel da mulher na sociedade, no qual a divisão das tarefas doméstica influenciou negativamente na escolarização da menina/mulher. De um lado existe a diferença no que diz respeito ao acesso a escolarização de meninas/mulheres, por outro lado do ponto de vista da autora a educação constitui uma prioridade dos meninos em relação a meninas, sobretudo nas zonas rurais. Os pais encarregados da educação quando os recursos financeiros não compensam, preferencialmente coloca o filho para estudar e a menina para ajudar a mãe nas lidas caseiras como Patrícia Gomes apontam que:

Apesar dos esforços efectuados nos últimos anos, a taxa de alfabetização das mulheres é ainda bastante baixa e persistem diferenças no acesso à educação. As razões que explicam o baixo nível de escolaridade das mulheres relativamente aos homens têm que ver com a visão tradicional da sociedade em relação ao papel da mulher no mercado de trabalho e na própria sociedade. A repartição do trabalho doméstico e agrícola, que desde sempre exerceu uma influência decisiva no momento da escolha quanto à escolarização dos filhos segundo uma perspectiva de género negativa, isto é, dando prioridade à educação dos rapazes sempre que os recursos não permitissem a educação de todos, foi um dos factores determinantes da condição social e cultural de inferioridade das mulheres em relação aos homens (GOMES, 2012, p, 09).

Conforme a autora compreende-se a carga de trabalho doméstico que as mulheres desempenham devem ser compartilhadas e aliviadas, para que elas sejam capazes de participar nas reuniões de tomadas de decisões de grupos de suas comunidades e dentre outras esferas da vida pública. É fácil constatar na nas afirmações de Gomes (2012) atrás referida, de que a taxa de alfabetização das meninas/mulheres é ainda inferior em relação aos meninos/homens, portanto ainda persistem diferenças em termos percentuais no que diz respeito a acesso à educação dos gêneros na Guiné-Bissau. Nessa dialética podemos fundamentar a nossa afirmação quando Sanca (2014), também diz que: “no que diz respeito a alfabetização, na Guiné-Bissau apenas 40% das mulheres jovens com idade entre 15-24 anos são alfabetizadas. Levando em considerações as meninas que abitam as regiões mais pobres, somente 12% delas são alfabetizadas enquanto a taxa de alfabetização cresce como o aumento do poder econômico e entre aquelas que vivem nas localidades mais ricas, atingindo 73% da população” (SANCA, 2014, p, 15).

Refletindo nessas desigualdades em termos de alfabetização de homens e mulheres, o Documento de Estratégia Nacional para a redução de Pobreza, nos comprova que a Guiné-Bissau é um país com baixo índice de alfabetização, principalmente no seio da camada feminina. Diante dessa realidade, as meninas/mulheres são as mais prejudicadas em termos de acesso e a permanência no processo educativo em relação aos rapazes/homens. Os dados estatísticos da Perspectiva Econômica em África realizado em 2014 na Guiné-Bissau, também aponta as diferenças percentuais em termos entre meninas e rapazes:

As disparidades entre homens e mulheres no acesso a oportunidades de desenvolvimento de capital humano permanecem. No domínio da educação, se a taxa de matrícula de raparigas relativamente aos rapazes era de 93.2% em 2010, de acordo com últimos dados disponíveis, a representação relativa de raparigas (meninas) diminuiu significativamente no nível secundário (51%) devido às taxas de repetência e de abandono escolar superiores (57% contra 46% para os rapazes de acordo com o Banco Mundial. Consequentemente, a taxa de conclusão de ensino primário para os rapazes é superior em 15 pontos percentuais à taxa das raparigas Perspectiva Económica em África (ECONOMIC OUTLOOK 2014, p. 12).

Interpretando os dados acima chega-se a uma conclusão de que as meninas mulheres são menos alfabetizadas em relação aos rapazes, tendo em conta o abandono precoce e a repetência, muitas das vezes entram na escola sem concluir abandonam os estudos. Os dados estatísticos mostram que as mulheres guineenses têm baixo nível da escolaridade.

Em termos da pobreza (DENARP, 2011), demonstra que a Guiné-Bissau ficou independente da colônia portuguesa em 1973. O nível de desenvolvimento humano no país é considerado fraco e precário devido a constante instabilidade política a muitos anos.

A pobreza no país é muito grande apesar de Guiné-Bissau ser um país muito rico em recursos naturais e com uma terra muito fértil. Segundo Documento de Estratégia Nacional para a redução de Pobreza (DENARP, 2011), revela que a elevada taxa de pobreza entre as viúvas está muitas vezes relacionada com a discriminação baseada na lei e nos costumes: após a morte do marido, a viúva não herda o seu terreno nem os seus recursos, os quais passam a estar sob responsabilidade da família do marido.

Apesar de serem as principais trabalhadoras da terra, produtoras de alimentos e dos recursos advindos, as mulheres solteiras, viúvas ou abandonadas têm menos acesso à terra e menos oportunidade económicas. Estando nessa situação elas facilmente podem cair em situação de extrema pobreza. As desigualdades de gênero e a discriminação estão entre os principais fatores da pobreza e vulnerabilidade, particularmente nas zonas rurais. Percebe-se que esta é o fruto da sociedade extremamente patriarcal, que historicamente tem sido indiferente

aos direitos e as necessidades das mulheres. Nas comunidades rurais a maioria das famílias dependem inteiramente do bem-estar econômica das mulheres, porque elas e meninas são responsáveis pelos trabalhos domésticos não remunerada, como coletar água e lenha para cozinhar e cuidar das crianças e idosos. Comenta o DENARP, 2011.

Agravamento da pobreza atingiu tanto a população feminina como a masculina sendo as mulheres mais pobres do que os homens. Os agregados familiares chefiados por uma mulher são mais pobres em Bissau do que nas regiões. No que concerne a pobreza absoluta (2USD/dia/pessoa), a proporção é de, respectivamente, 56,3% e 70% em Bissau e nas regiões, para as mulheres chefes de agregados, e de 48,8 e 76,5 para homens. Em relação a extrema pobreza (1USD), a proporção é respectivamente, para as mulheres chefes de agregados, de 15,5% e 38,7%, sendo para homens chefes de agregados, de 12,2% e 40,0%,6 Mas, nas regiões, a incidência da pobreza e da extrema pobreza é mais elevada ao nível dos agregados familiares dirigidos por homens do que as que são dirigidas por mulheres (DENARP II 2011, p.31).

Na Guiné-Bissau segundo os dados acima referida, a pobreza atinge mais as mulheres do que os homens sempre. As mulheres na zona urbana (capital Bissau) são as mais pobres do que na zona rural. Nas regiões a pobreza atinge os domicílios chefiados por homens do que as chefiadas por mulheres. Conforme este documento, o índice da pobreza é de 64,7% e 20,8% da população da Guiné-Bissau como pobres e muito pobres respectivamente. Os índices da pobreza extrema como absoluta no capital Bissau são menos em relações no interior do país.

Ao analisa essa pobreza DENARP (2011), ainda aponta que na Guiné-Bissau a pobreza atinge na maioria os jovens com um percentual de 80% entre 15-35 anos de idade, já entre os idosos a taxa são de 6,5% da população. Essa análise nos revela que as mulheres são a camada mais prejudica pela pobreza em relação aos homens. A tendência de ser pobre depende de onde o sujeito mora, os indivíduos que vivem no interior da cidade, têm mais probabilidade de viver na pobreza. E esta probabilidade aumenta de acordo com agregado familiar. Entretanto, a incidência da pobreza reduziu para os agregados familiar com um nível de escolaridade secundária com a possibilidade de livrar de pobreza. Os agregados familiares que possuem um nível de escolaridade secundária ou superior são menos pobres em relação aqueles que tem baixo nível de escolaridade. Ainda mostra que dentre as mulheres que pertencem chefe de família mais pobres, somente 12% delas são alfabetizadas, portanto com a crescente taxa de alfabetização, o aumento do poder económico o, as mulheres que pertencem os agregados com maior o poder económico atinge um percentual de 73%. Pelo exposto, vale ressaltar a importância da alfabetização das mulheres porque esse baixo nível educacional a impede muita de competir com os homens. Em contrapartida Barros e Semedo comenta que:

Apresentam níveis notoriamente mais baixos de educação do que os homens; uma baixa representação na administração pública; desempenham os trabalhos mais precários com rendimentos mais baixos e acumulando trabalho doméstico e trabalho produtivo; os casamentos e gravidezes precoces são outros fatores que lhes diminuem o acesso às oportunidades de educação e desenvolvimento profissional contribuem para a subsistência do agregado familiar através de trabalho informal com baixo rendimento; uma baixa prevalência de casamentos formais; a falta de regulamentação do pagamento de pensões alimentícias para pais separados e ficando, na maior parte dos casos, as mulheres com os filhos para educar; existe um cada vez maior número de mulheres chefes de família; e, ainda, o sistema de segurança social que só cobre uma pequena parte da força de trabalho formal, maioritariamente masculina. Sendo levadas a cabo, tanto no país quanto a nível da sub-região e mundiais. (BARROS E SEMEDO 2013, p. 17).

Sendo assim o cotidiano de maioria das mulheres na Guiné-Bissau é marcado pelos trabalhos domésticos precários e com baixos rendimento no setor informal por meio das atividades econômicas predominantes neste setor. Ela subcarrega de muitos trabalhos domésticos e também produtivo no campo. Essa e dentre outros fatores diminui o acesso a oportunidade dela participar ativamente no processo educacional. Esta situação muitas das vezes leva ela a um casamento precoce como veremos a seguir. DENARP (2011), afirmam que culturalmente as meninas africanas são preparadas muito cedo para casar, a partir dos 13 e 14 anos (principalmente nas zonas rurais), e antes do casamento passam por um processo de construção cultural, onde são educadas a submeter e respeitar seus maridos, e se tornar boa esposa e dona da casa, mesmo sofrendo violências mantem segredo no sentido de preservar seus casamentos e cumprir com tudo que foi ensinado para não envergonhar aos familiares.

Retornando Barros e Semedo (2013), culturalmente nas sociedades africanas a mulher é educada e ensinada a ser somente “boa esposa e dona de casa”, para cuidar dos filhos e marido. O homem é denominado chefe da família em termo da hierarquia. No caso da Guiné Bissau, a maioria das mulheres são chefes da família, mesmo que o marido está vivo, tendo em conta a perda de autoridade por parte de alguns homens, ao ponto de não poder mais cumprir com suas responsabilidades enquanto “chefe de família” daí as mulheres passaram a assumir o papel dos homens, no sentido de manter a sustentabilidade do seu núcleo familiar, sobretudo na educação dos filhos e outros familiares.

Por cima de tudo elas não são consideradas chefe em representação sociocultural, ou seja, na tomada de decisões em que elas podem decidir igualmente aos homens, sempre foram afastadas e colocadas em segundo plano. Isto mostra uma diferença e exclusão social das mulheres, no qual o sexo masculino é considerado a “medida de todas as coisas” ser superior capaz de decidir primeiro tanto na família, sociedade, política, econômica, no qual representa um terço de poder exercido por ele em relação a mulher. Consequentemente que elas procuram

desenvolver seus negócios por meio das atividades que geram lucros como venda de roupas, calçados, comida, legumes etc.

Para esses autores existe uma certa desigualdade no que diz respeito a valorização do trabalho da mulher, dentro da sociedade patriarcal no qual estão inseridas, o homem é tido como chefe da família, então essa concepção de chefia está enraizada na sua consciência ao ponto de considerar a mulher como um ser sensível e vulnerável, que só cabe no espaço doméstico, isso mostra uma discriminação total. Só para ver como a culturas e religiões tem grande influência, ela inferiorizar a mulher. Ainda segundo Barros e Semedo, podemos afirmar que dentro da ideologia africana a mulher é um sujeito sagrada e alicerce da família, no ditado africano a chamamos de “firkidja de casa” o que significa (alicerce da casa). Então dentro da cultura as mulheres não têm apenas obrigações de cuidar da casa, marido, filhos também cuida de outros membros da família. Os pais a obriga a casar muito cedo (o que podemos chamar de casamento forçado ou precoce) em maioria dos casos os pais lhes dão um marido velho de mais ou menos 50 a 60 anos de idade. A partir do momento em que ela se casa, fica sob a dependência do seu marido.

Diante dessa dura realidade que a mulher africana guineense é incumbida desde cedo a responsabilidade de dona de casa, por sua vez ela trabalha o dia todo em casa, no cultivo do campo e finalmente na colheita, onde colhe e carrega à cabeça os produtos agrícolas colhidos de longa distância para casa. Dia seguinte ela se preocupa em ir ao mato apanhar lenha e também procurar água de longa distância e traz a cabeça para casa a fim de preparar a comida, muita das vezes com criança na costa. Esses autores trazem essa discussão para mostrar o quanto a mulher africana e guineense é resistente e não frágil como é denominada na sociedade. As atividades acima referidas mostra que ela carrega um grande peso de tarefas domésticas.

Ainda eles afirmam que o patriarcado é um sistema que institui a dominação dos homens sobre as mulheres em todos os níveis da organização social e o controle de recursos, organização familiar, sistema político, religião, etc. Segundo eles que o homem fica no “topo” em termos da hierarquia, isto não significa que ele é superior a mulher, de um lado, esta mentalidade estereotipada de que a mulher é um ser “frágil” precisa ser desconstruída e criar mecanismo para reconhecer que realmente as mulheres guineenses são inteligentes e possuem grandes capacidades, e criatividade em termos da organização. Comenta Monteiro que:

As mulheres africanas são conhecidas pelas suas capacidades de sobrevivência e gestão -face a dificuldades econômicas, desastres naturais e guerras civis -e pela sua habilidade de fazer render os recursos disponíveis já escassos, em circunstâncias bastante difíceis.

Todavia a transferência destas capacidades para arena da política não tem sido fácil. As tradições culturais discriminatórias relegam o domínio do poder e da decisão para os homens, subordinando as mulheres principalmente ao estatuto adquirido no espaço doméstico. (MONTEIRO, 2009, p. 61).

Analisando essa situação vimos que a tradição cultural, as práticas discriminatórias contribuem muito na subordinação da mulher, mas é necessário abandonar essas ideologias e regressar à realidade, porque a mulher precisa adquirir outros espaços além de domésticos. Para Cátia Lopes (2011), a maioria das mulheres na Guiné-Bissau são chefes de famílias, ou seja, responsável da família e criação dos filhos, assim sendo o cotidiano de maiorias foram marcadas pelos trabalhos domésticos, agricultura familiar, criação de gado e dentre outras atividades que geram rendimentos para manter a subsistência de seu núcleo familiar e outras necessidades da vida na comunidade, sobretudo nas aldeias (tabanca). E todas as atividades acima mencionados elas se destacam, apesar de migração de muitos jovens para a Europa e outros países da América. Afirmam a autora:

Desta forma, são simultaneamente agentes de educação e agentes económicos. Em todas as actividades referidas anteriormente a mulher tem ocupado cada vez mais um papel de destaque, devido ao aumento do êxodo rural e ao fenómeno migratório dos jovens para a Europa e outros países. (LOPES, 2011, p. 30).

Diante disso a maioria das mulheres na Guiné-Bissau sobrevivem graças às suas atividades econômicas informais, que não geram muito lucro, mas que ajude a cobrir despesas da sua família.

Refletindo em (Gomes, 2012), os atrasos no pagamento de salários e os baixos salários dos funcionários da função pública (setor formal) contribuiu para aumentar a crise no ambiente familiar ao ponto que esse salário não satisfaz a necessidade dos trabalhadores, razão pela qual as mulheres nessa situação procuram outras atividades nos mercados informais geradoras de rendimentos, para poder manter a subsistência dos filhos/as. Enquanto que os homens nessa situação, quase perdem a responsabilidade enquanto chefe de família e deixam tudo nas mãos das mulheres.

Por conseguinte a autora, identifica outro fator que faz com que a mulher procure outras fontes de renda afirmando que “O não cumprimento das responsabilidades familiares por parte de alguns homens “chefes de família” levou a que as mulheres se vissem “obrigadas” a ter de recorrer a outras atividades remunerativas a fim de garantir a sobrevivência do núcleo familiar”

(GOMES 2012, p.2). Na Guiné-Bissau como a autora refere acima devido os problemas que os funcionários públicos defrontam, as mulheres por sua vez são obrigadas a procurar outras alternativas para manter a subsistência de sua família. Nestas vias recorridas consistia nas atividades de pequenos negócios que geram lucros em casa, nas feiras. Todas essas atividades são feitas com a finalidade de ganhar um dinheiro que serve para auxiliar em algumas necessidades de casa. É raro encontrar a mulher funcionaria, quadro técnico ou docente que não se dedique a uma outra atividade geradora de receitas.

Contribuição das mulheres guineenses nas atividades económicas, em alguns progressos sociais e no equilíbrio da unidade familiar. De acordo com o último censo populacional de 2009, as mulheres da Guiné-Bissau, com um efetivo de 746.404 pessoas, representam 51,5% da população total do País. Sua participação na produção de bens e serviços, nomeadamente ao nível de produção rural familiar e no quadro do sector informal nas zonas rurais e urbanas, o seu contributo essencial na educação das crianças, na saúde dos membros da família e sua responsabilidade na realização de trabalhos domésticos demonstram o seu importante papel em todos os níveis do território e em todas as áreas de desenvolvimento (DENARD, 2011, p. 24).

O documento realça a importância da contribuição da mulher na produção no setor informal e na realização dos trabalhos domésticos, cuidados dos filhos/as e demais membros da família, o que representa sobrecarga para aquelas que realizam outras atividades econômicas fora do lar.

Nessa literatura Baticã (2015), também reconhece os esforços e as contribuições das mulheres guineenses, onde ressalta que:

As mulheres oferecem enormes contribuições para a economia quando conseguem ter uma educação e formação de qualidade, seja no sector público ou no sector privado, como empresárias ou empregadas, académica ou a as tarefas domésticas assim desempenhar funções de privilégio, com estatuto remuneratório elevado. (BATICÃ, 2015.p, 34)

Nesse caso, o autor mostra claramente que as mulheres possuem toda capacidades e potencial de contribuir no desenvolvimento da economia e dentre outras áreas, mas isso vai acontecer quando elas conseguissem ter oportunidades de acesso educação de qualidade e formação profissional. De um lado, o autor mostra que as a discriminação, exploração restringe a participação das mulheres. Nas palavras do autor:

A discriminação restringe o acesso das mulheres a bens económicos, tais como terra e créditos financeiro, e limita a participação delas na definição das políticas económicas e sociais. E, como elas ainda desempenham a maior parte do trabalho doméstico e das tarefas de cuidado de lar, seja de crianças, de idosos, de doentes, de animais, muitas vezes têm pouco tempo para alcançar as oportunidades económicas (BATICÃ, 2015, p. 34).

Analizando bem a trajetória dessas mulheres na Guiné-Bissau, percebe se que elas carregam maior peso de responsabilidade familiar, ou seja, uma dupla jornada de trabalho, onde

cuidam das lidas domésticas, filhos, marido e dentre outros membros da família. Tudo isso a coloca na situação de extrema pobreza e de vulnerabilidade social. Esses acúmulo de tarefas limita sua participação em várias atividades.

Falando nas atividades desenvolvidas nas feiras (mercado populares), na Guiné-Bissau existe uma certa divisão sexual do trabalho em todos os setores, mas, no que tange o setor informal, as mulheres predominam mais nas vendas de produtos alimentícios, peixe, comida, enquanto que os homens vendem os materiais de construções, aparelhos eletrônicos, tecidos, produtos cosméticos, roupas etc. Geralmente todas essas atividades acontecem nas instituições chamadas feiras (mercados populares), onde se concentram a maioria da população para compra e revenda dos produtos.

Quanto à divisão social do trabalho por sexo no sector informal, existe uma tendência em separar o mercado de legumes, peixe, gelado, fruta e comida, dominado sobretudo pelas mulheres, e o mercado de roupas, música, material de construção e electro domésticos, carne, transporte de mercadorias, oficinas mecânicas e mercado cambial dominado pelos homens. Todavia, devido à heterogeneidade das actividades, a fronteira que separa os dois “grupos” é bastante flexível, sendo possível encontrar hoje homens a vender peixe e mulheres a venderem peças de mecânica (GOMES, 2012, P. 7).

Conforme a autora que existe uma certa separação de trabalhos no setor informal, no qual os homens vendem carnes, materiais de construção, nestes lugares se concentram a maioria da população, homens, mulheres e jovens de diferentes localidades para desenvolver as atividades da “economia informal”, sobretudo os da zona rural, comprando e vendendo diferentes produtos nos lugares “mercados populares”. Do ponto de vista da autora, nestes lugares as populações não encontram somente para as trocas comerciais (compra e venda dos produtos), mas também para troca das experiências e de informações. Sendo um espaço muito popular, as enfermeiras, os agentes da saúde passam para partilhar as informações sobre as epidemias, campanha de vacinação etc. E os músicos aproveitam esse ambiente para apresentar seus trabalhos musicais e venda dos Cds. Furtado (2015) afirma que:

No entorno da feira, encontram-se os vendedores, em sua maioria mulheres, de produtos vendidos no chão, em cima de uma lona, comercializando alguns produtos agrícolas, sobretudo importados, peixe, carne, vendidos em pequena quantidade, quinquilharia e, sobretudo “calamidade” -roupas e calçados usados, adquiridos em grandes balas provenientes, quase sempre dos Estados Unidos, por vezes passando pela Alemanha (FURTADO 2015, p. 125).

Segundo Furtado (2015), nota-se uma certa desigualdade, no que diz respeito a presença de mulheres nas feiras, onde relata que é muito raro encontrar homens que colocam seus produtos no chão em cima de uma lona para vender, a não ser que as vezes querem ficar mais perto da estrada (pista) para atrair mais clientes, sobretudo no período das festas. Por outro lado

porque, os homens encontram cacifes, armazéns com mais facilidade, enquanto que as mulheres não, algumas possuem cacifes e armazéns mas a maioria coloca os produtos no chão para vender sobretudo as que vieram do interior com seus produtos para cidade afim de comercializar. Nas palavras da autora.

Bissau é uma das cidades da África Ocidental onde as mulheres estão onnipresentes nas ruas e mercados, como vendedoras e compradoras. A constituição histórica de uma predisposição comercial feminina pode ser relacionada com a divisão do trabalho e regime fundiário tradicionais existentes nas áreas rurais, onde a divisão sexual do trabalho depende das formas de acesso à terra, que é sempre transmitida entre os membros masculinos das linhagens, embora seja trabalhada por homens e mulheres. As mulheres têm acesso a campos de cultivo através das suas relações familiares, enquanto esposas ou irmãos. (BORGES, 2015, p.10.)

Dado o exposto, algumas mulheres comerciantes (bideiras) do setor informal que morram na zona urbana passam noites de viagem à procura de produtos mais em conta no interior do país, ou seja nas fronteiras, nos lumus (mercados populares) afim de comercializar nas feiras da cidade. As que possuem os terrenos por meio de família, cultivam seus produtos. Furtado(2015) ressalta que geralmente nas feiras o nível de vida é muito precário, muitas das vezes este lugar parece ser refúgio de homens e mulheres que não têm conseguido progresso nos estudos ou avançar em outros setores econômicos ou seja aqueles que por situação difícil são obrigadas a procurar uma atividade remunerada que não exige uma formação profissional avançada.

Desta forma o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, (2011), salienta que as mulheres guineenses apesar de terem baixos nível de escolaridade contribuem muito para o crescimento econômico do país através de desenvolvimento da produção agrícola de (castanha de caju, arroz e horticultura), pecuária e pesca desenvolvimento do setor informal (tanto no meio urbano como rural especialmente no comercio) e trabalhos domésticos. Ainda o mesmo documento aponta que 77% as mulheres ativas estão inseridas no setor primário e cerca de 23% no setor terciário dos quais 12% estão ocupados no subsetor do comercio.

Os dados acima descritos mostram a dinâmica e a capacidade das mulheres no desenvolvimento das atividades informais sobretudo na produção agrícola.

Segundo o Relatório da Perspectiva econômica em África (2014), a Guiné-Bissau é um país predominantemente agrícola, onde a maioria da população principalmente as que moram na zona rural o que corresponde 80% vivem da agricultura de subsistência ou comercialização de castanha de caju, ou seja troca deste produto por arroz e dentre outros produtos da primeira

necessidade. A comercialização de campanha de caju acontece só uma vez por ano, que começa no mês de abril e vai até mês de junho.

Diante disso, além dessas atividades Borges (2005), afirma que na África Ocidental as mulheres também se organizam em associações voluntária, por meio dessas atividades comerciais informais, elas se organizam em associações de vendedoras ou seja em grupos de mandjuandade, onde todos os membros do deste grupo que aderiram o sistema de poupança (abota), contribuem mensalmente com o valor definido, esse valor rotativo é recolhido de todos os membros para o benefício de todos, no final de cada mês o montante acumulado será entregue a um dos associados assim sucessivamente. A abota (poupança de crédito rotativo) reúne um determinado número de membros não fixas, que a qualquer momento pode sofrer alterações. Todos os membros unidos pelo mesmo objetivo que é a interesse financeira individuais de poupança. A partir das quotizações mensal, os associados conseguem arrecadar (poupar) dinheiro que serve para realizações das necessidades básicas tais como: cerimônias de casamento religiosos, rituais culturais de “toca-choro” e dentre outros fins. Entretanto, Abota também acontece dentro das tribos, quando um membro de família pretende organizar cerimônias de casamento, os familiares fazem quotização para auxiliá-lo nas despesas durante cerimônia. Afirma a autora.

Se os agrupamentos de Abota constituem essencialmente formas de poupança/crédito, outros agrupamentos de poupança mutualista, a partir da quotização periódica ou ocasional, propõem-se assegurar a realização de actividades cerimoniais religiosas e/ou outras de fins lúdicos e de solidariedade social, sendo denominadas vulgarmente por mandjuandades. A orientação destas associações é marcadamente social, e manifesta-se essencialmente nas ocasiões de actualização e estreitamento das relações sociais, como sejam repastos festivos, cerimónias religiosas, festividades cíclicas, ou seja, pontos altos da sociabilidade nos bairros populares de Bissau. (BORGES 2005, p. 13).

Retornando o DENARP (2011), pelo visto as suas atividades das mulheres contribuem para melhoria de condições de vida das famílias e para o (PIB), ainda assim o nível da sua produção e produtividade continuam fraca por várias razões, em particular, as dificuldades de acesso aos fatores de produção. Apesar da visibilidade da contribuição das mulheres sector económico, nomeadamente no sector informal comercial urbano, assim como ao nível doméstico, constitui em si um constrangimento no de ordem estrutural. Esta contribuição para além de não sendo reconhecida e decorrente deste facto, não é contabilizada no (PIB). De acordo com o mesmo documento o baixo nível da escolaridade da mulher não a permite inserir-se no mercado de trabalho formal, e por sua vez procura o mercado de trabalho informal onde ela se destaca para desenvolver os trabalhos que a ajude a melhorar condições de vida da sua família. Isso mostra que o empoderamento das mulheres é um fator chave no crescimento

económico de qualquer país, portanto essas ações devem ser priorizadas e apoiadas. O empoderamento não deve ser apenas a responsabilidade da mulher, os homens precisam de colaborar para que haja a participação dos ambos na sociedade.

A contribuição das mulheres no crescimento económico da Guiné-Bissau é de suma importância, apesar a sua presença no mercado de trabalho formal é quase apagado por inúmeros fatores que devem ser analisados e questionados como forma de minimizar a desigualdade entre homens e mulheres, para que atuação das mulheres possam atrelar o ambiente doméstico e setor informal. Como essa literatura refere.

A nível político e económico, as mulheres representam apenas 25% dos efetivos da administração pública e 10% dos políticos (deputados, membros do governo, etc.). Embora 51.9% das mulheres sejam consideradas como ativas, estas trabalham principalmente no setor informal e na agricultura de subsistência, que registam as menores taxas de rentabilidade económica. A concentração das mulheres nessas atividades explica-se, em grande parte, pelos seus baixos níveis de alfabetização e de educação. (Perspectivas Económicas em África-ECONOMIC OUTLOOK, 2014, p. 12).

Diante disso, este o documento comprova que apesar de essas mulheres serem menos escolarizadas, mas estão bem integrados (ativos) nas atividades do país.

E com base nesses pressupostos, os dados estatísticos acima mencionados apontam alguns fatores primordial que causam as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal e informal na Guiné-Bissau como: educativos, culturais, históricos e económicos. Racionalmente falando, ao analisar o conceito da desigualdade de gênero devemos levar em considerações os seguintes fatores: culturais, históricos e económicos e dentre outros. Os dados do inquérito acima referenciada mostra claramente que estes fatores contribuam de certo modo para pouca inserção da mulher em diversos setores da sociedade guineense, sobretudo no mercado do trabalho formal, nas tomadas de decisões e dentre outras.

Segundo (DENARP, 2011) vale ressaltar que, as mulheres contribuíram muito em diferentes áreas, das atividades económicas e na produção de bens e serviço, nomeadamente ao nível de produção familiar e no sector informal, sobretudo nas zonas rurais e urbanas. Assim sendo as mulheres mesmo atuando no mercado de trabalho formal, elas fazem outras atividades económicas que geram rendimentos para o sustento da família. Apesar que sua contribuição é mais visível no setor informal. Todavia, aumentado o seu peso económico através da sua forte implicação na economia informal. Sendo as mulheres predominantes neste sector, tiveram que refazer as redes de sobrevivência informais (para além da crise) porque algumas perderam marido e outras emigraram. No entanto, apesar de serem muitos visíveis nas ruas e mercados,

noutras dimensões indispensáveis permanecem invisíveis. No contexto da economia formal, as mulheres, em tempos de crise, são as primeiras a ficar sem emprego.

Sendo assim a falta de oportunidades faz com que a vida de maiorias das mulheres na Guiné-Bissau, é cercada de apenas pelos trabalhos domésticos, sobretudo na zona rural como: pesca, comercio, agricultura e etc. mesmo concluindo segundo grau atuam na economia informal para manter a subsistência familiar como afirma a autora.

As mulheres estão fracamente inseridas e envolvidas nos circuitos económicos formais e normalmente enveredam ou pelos empregos informais, ou por aqueles males remunerados. Desempenham um papel fundamental na tradição familiar, uma vez que são responsáveis pela família e gestão da casa, educação dos filhos e maioritariamente (principalmente nas zonas rurais) executoras de actividades económicas, tais como a agricultura ou a pesca (LOPES, 2011, p.30).

A contribuição das mulheres nas atividades econômicas da Guiné-Bissau é de suma importância, dado seu desempenho na tradição familiar como responsável de casa.

Voltaremos a um aspecto de solidariedade, ou seja, maneira de organização sociocultural chamada mandjuandade, no qual homens e mulheres se organizam ocasionalmente nos bairros, aldeias para participarem das festas ou celebrações de grande envergadura.

Falando de mandjuandade na Guiné-Bissau é uma cultura tradicional do país, ou seja, organizações associativas voluntárias. Em outros sentidos é uma manifestação cultural de algumas etnias, onde as mulheres compartilham seus sentimentos uns com outros, atualmente são associações de bairros que se juntam para organizar festas de casamento, cerimoniais tradicionais, rituais culturais etc. Durante essas atividades os membros do grupo arranjam um modelo padronizado de tecido e fazem vestuário(trajes), no qual cada etnia faz apresentação de sua etnia com maior participação feminina. Essa prática cultural acontece em todos os bairros, tabanca (aldeias), agrupa homens e mulheres vendedoras (bideiras), para um almoço de confraternização e diversão num círculo, ali acontece toque de tina, batidas de tambores, palmas e danças. Por outro lado, essa diversão acompanha com comidas típicas e bebidas. Para essa autora:

Alguns vestiam ainda a farda anterior, pois a farda é substituída amiúde consoante a vontade e disponibilidade financeira da mandjuandade... As tinas eram acompanhadas pela assistência tocando as palmas de madeira¹¹, (e também latas vazias e tampas de panelas de ferro) que, percutidas uma contra a outra, marcavam os ritmos dos cantares a solo ou em coro, alusivos às suas preocupações quotidianas, dançando no interior do círculo. A comida e bebida, sumos, cerveja e vinhos, era servida amiúde a todos, e a excitação crescia à medida que o álcool era generosamente distribuído, e a música e dança faziam todos entrarem em euforia. As danças tornam-se mais exuberantes e,

cada vez mais, mulheres levantam-se e começam a dançar no centro do círculo. (BORGES 2005, p. 14-15).

Entretanto, quanto mais toques, sons, e apitos o ambiente de festa fica mais animado, as mulheres emocionadas com música dançam descalços e mais à vontade sentindo a terra sobre os pés. Geralmente atividade cria laços afetivos harmoniosos e de solidariedade, na qual semanalmente ou mensalmente é organizado um almoço na casa de uma mulher membro de mandjuandade. Para organização desta festa os membros fazem uma abota (quotização de todos os associados) no final da venda de peixe ou produtos alimentícios (legumes), o valor total alcançado será entregue ao responsável pela organização do evento para custear despesas diárias. Esta festividade também envolve homens e mulheres funcionários, oficiais dirigentes do barco.

Na tradição cultural de mandjuandade existe uma certa hierarquia, onde há rei e rainha escolhido pelos membros do grupo. Como a autora mostra que “mandjuandade tem uma rainha e um rei que são escolhidos por maioria, atendendo ao comportamento respeitável e activo dos candidatos”. (BORGES, 2005, p. 16).

Em suma, concluímos que as mulheres africanas sobretudo as guineenses, apesar de terem dificuldades de oportunidade no acesso à educação formal, mas possuem capacidade e criatividade de desenvolver várias atividades econômicas informais, como comerciantes de pequenos negócios.

3 MULHER GUINEENSE NO MERCADO DE TRABALHO

Neste capítulo abordaremos a questão da mulher no mercado de trabalho formal e informal na Guiné-Bissau, os problemas enfrentados nesses espaços, as lutas enfrentadas cotidianamente para superar as desigualdades de gênero que envolvem, em diferentes momentos da história e contextos sociais, dramas, tragédias e resistências na família, na escola, no trabalho, na comunidade, no partido.

3.1. Contexto histórico-social de nossas reflexões

Segundo contribuidores da Wikipédia (2017), “Oficialmente, a República da Guiné-Bissau é um país da África Ocidental que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico a oeste. O território guineense abrange 36.125 quilômetros quadrados de área, com uma população estimada de 1,6 milhão de pessoas. Guiné-Bissau fazia parte do Reino de Gabu, bem como parte do Império Mali”.

“Partes deste reino persistiram até o século XVIII, enquanto algumas outras estavam sob domínio do Império Português desde o século XVI. No século XIX, a região foi colonizada e passou a ser referida Guiné Portuguesa. Após a independência, declarada em 1973 e reconhecida em 1974, o nome de sua capital, Bissau, foi adicionada ao nome do país para evitar confusão com a Guiné (a antiga Guiné Francesa)”. (Contribuidores da Wikipédia, 2017, s/p)

“Foi a primeira colônia portuguesa no continente africano a ter a independência reconhecida por Portugal. Guiné-Bissau tem um histórico de instabilidade política desde a sua independência e nenhum presidente eleito conseguiu completar com sucesso um mandato completo de cinco anos. Apenas 27,1% da população fala português (primeira ou segunda língua), estabelecido como língua oficial durante o período colonial. A grande maioria da população (90,4%) fala crioulo uma língua baseada no português enquanto os restantes dos habitantes falam uma variedade de línguas africanas nativas. As principais religiões são as religiões tradicionais africanas, Evangelismo e o islamismo; há uma minoria cristã (principalmente católica romana). O produto interno bruto (PIB) per capita do país é um dos mais baixos do mundo. A Guiné-Bissau é membro da União Africana, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Organização para a Cooperação Islâmica, União Latina etc. (Contribuidores da Wikipédia, 2017, s.p)

Começando pela situação económica do país, segundo (DENARP, 2011), o Desempenho Económico na Guiné-Bissau, após um longo período de retrocesso no início da década de 2000, seguindo uma acelerada recuperação em 2007, a partir de 2008 a economia do país entra numa nova dinâmica do crescimento. Sendo assim, apesar de um clima desfavorável e a continua instabilidade política e institucional, carências graves da infraestrutura económica de base, incluindo a energia e transporte, o impacto das crises económica internacional e do petróleo, a taxa do crescimento real foi um percentual de 3,1% e a taxa de crescimento real foi em média de 3,1% entre ano 2008-2009, nota-se uma nítida melhoria em comparação com os resultados dos anos anteriores de 2006 e 2007 (1,2% em média), porém expressivamente abaixo da meta de 5% fixado pelo DENARP I 2011. Esta taxa deverá atingir os 3,5% em 2010. E este crescimento foi extensamente impulsionado pela agricultura com um percentual de (6,3% em 2009), incluindo cadeia de produção e da exportação de castanha de caju. Embora em 2009 o preço de exportação de castanha de caju tenha sofrido a contração de quase 30%. No entanto com a sucessão da crise económica mundial, houve um aumento notável na exportação mundial, as receitas da exportação foram recuperadas.

O nível de desenvolvimento humano na Guiné-Bissau ainda é fraco e precário, tendo em conta a constante instabilidade política, o país não conseguiu melhorar condições e execução de políticas públicas ambiciosas e sustentáveis. De acordo com DENARP II, Bissau com um índice de desenvolvimento humano IDH de 0,289 e é classificada na posição de 164º num ranking de 169 países. Ainda segundo o mesmo entre o ano 200 e 2010, o país registou um crescimento médio anual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,9% enquanto a média para África subsaariana subiu para 2,1% e os países com índice de desenvolvimento humano muito baixo é de 1,68%. Este documento elenca que um dos fatores que impede o crescimento do índice do desenvolvimento humano são: a pobreza em massa com baixo rendimento monetário e a esperança de vida é de (48,6 anos), destacando a falta de oportunidade de renda, e acesso aos serviços de saúde de qualidade. Esta situação tem a ver com a taxa de crescimento da população de 2,5% e com taxa de crescimento económico que mal ultrapassou, em média de 3% entre anos de 2000 e 2010. Pelo visto estes indicadores fracos prejudicam sobretudo as mulheres, além da esperança de vida. Ainda DENARP, comenta que na Guiné-Bissau o índice de desigualdade de gênero ainda permanece muito elevado, com um percentual de 0,381, por tal razão o país foi classificado no 148 dos 155 países considerados com índice mais elevado.

Segundo DENARP II (2011), a situação de emprego não melhorou muito principalmente para jovens. Em 2009, taxa de ocupação para faixa etária de 15 a 24 anos é de 10,6%, com um percentual de 4,6% para as mulheres. Falando no subemprego e o desemprego entre os jovens, a taxa de desemprego é de 30%. Sendo assim a questão do emprego está no centro de ações estratégicas deste documento.

Sanca (2014) observar que, em Guiné-Bissau, apesar da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e nos lugares público nos últimos anos, as mulheres começaram a ter acesso a ensino superior e inserir no mercado de trabalho nas décadas de 1960, época de grande transformação política no continente africano, sobretudo na Guiné-Bissau, ano marcada pela luta da libertação do jugo colonial. Apesar do Estado guineense recentemente demonstrou o esforço em matéria da igualdade e equidade de gênero, mas mesmo assim as mulheres enfrentam muitas dificuldades de ocupar cargos nas representações sociais e de maior relevância social. Pelo exposto em outras expressões podemos afirmar que os mercados de trabalho continuam segregados nos valores masculinos, onde o machismo, preconceito, discriminação acaba afastando as mulheres do mercado de trabalho formal.

Conforme DENARP II (2011), Apesar desta situação e de inúmeras dificuldades a Guiné-Bissau, conseguiu dar um progresso fundamental com a ratificou algumas convenções a nível internacional e sub-regional em matéria da igualdade de gênero em todas as esferas da vida. Além da lei estabelecida na (Constituição da República da Guiné-Bissau) existem algumas convenções abaixo referida que também se encontra estabelecidas a promoção da igualdade e equidade de gênero como um dos mecanismos face ao combate às desigualdades entre homens e mulheres na vida pública e privada, por exemplo: CEDAW sobre a eliminação das discriminações contra as Mulheres (1979), as Resoluções 1325 (2000) e 1820 referentes a participação das mulheres e sua protecção em situações de conflitos e pós-conflitos e o Protocolo Adicional à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre os Direitos da Mulher (Maputo, 2003). (DENARP II, 2011, p,24).

É nessa perspectiva que Sanca aponta que “este quadro [em Guiné-Bissau] vem sendo melhorado ao longo dos anos, mas ainda muitas nações não possuem regulamentos sólidos [...]” (SANCA, 2014, p.20).

De acordo com a Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) de (1996), no seu (Artigo 24º) estabelece o seguinte: “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social,

intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica” (CRGB,1996, p.8). É nessa ordem de ideia que as mulheres começaram a questionar e reivindicar os seus direitos espaços na sociedade enquanto cidadãs e sujeitas e protagonista da história do país. Muito embora dificilmente essas leis são aplicadas e postas na prática. Ainda a mesma Constituição no seu (Artigo 25º) enfatiza que “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA GUINÉ-BISSAU, 1996, p. 8). Em relação a lei fica evidente que não deve existir a diferença entre mulheres e homens. Apesar disso, nota-se com muita frequência as práticas discriminatórias contra a mulher. E no caso da Guiné-Bissau a literatura abaixo aponta que de certa forma o descumprimento dessa (s) lei (s) é um dos fatores que causa a desigualdade entre homens e mulheres nos mercados de trabalho.

Em suma, o relatório do Banco Mundial sobre igualdade e desenvolvimento mundial igualdade de gênero e desenvolvimento publicado em (2012), também apontam que a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho tem múltiplos fatores, e também é notável a presença de homem e mulher no mercado de trabalho, mas, a camada feminina tem menos acessibilidade no diz respeito à ocupação de funções de chefias em relação aos homens. Diante disso, entende-se que os homens são mais privilegiados em termos de acesso a ocupações de cargos de chefias no mercado de trabalho formal, isto é, nas empresas públicas e privadas e com maior valor social. Como podemos observar também Helder Duarte justifica que:

As desigualdades entre homens e mulheres, ou seja desigualdade de género, expressam-se através de estereótipos e preconceito transmitidos entre gerações e práticas discriminatórias que conduzem mulheres e homens, meninas e rapazes de gozarem de diferentes oportunidades e consequentemente de terem níveis diferentes de participação no processo do desenvolvimento e na esfera de tomada de decisão. (BATICA, 2015, p.5).

Segundo o autor podemos compreender que as desigualdades que as mulheres enfrentam tem a ver com os estereótipos, as práticas preconceituosas e discriminatórias que afastam elas para o segundo plano, e lhes fazem a ser menos alfabetizadas, menos formadas e tudo isso gera fatores de riscos para sua para sua saúde e pouco acesso a meios de produção. Todas essas práticas impede a mulher de gozar dos mesmos direitos que o homem como estabelece os artigos 24º e 25º da Constituição da República da Guiné-Bissau e dentre outras convenções.

Entretanto, outro conceito importante que podemos levar em consideração para enriquecer os debates é a divisão sexual do trabalho. Segundo a Hirata (2007), a divisão sexual do trabalho que a sociedade atribuiu para ambos os sexos é percebida aqui como forma de diferenciação das relações sociais entre masculino e feminino, que geralmente significa que na sociedade existem trabalhos de homens e mulheres, no qual é entendida que as mulheres devem manter apenas na esfera doméstica, ideia essa que a sociedade naturalizou de que as mulheres não devem ocupar certos status na sociedade e muito menos no mercado de trabalho formal. Este tipo de pensamento estereotipado construído socialmente de certa forma é visto como uma das barreiras que impedem o progresso das mulheres e sua participação na tomada de decisão e no espaço público.

Nessa perspectiva que Kergouat (2000), salienta que o conceito da divisão sexual do trabalho foi empregado pelos primeiros etnólogos, no sentido de estabelecer a divisão “complementar” dos trabalhos que homens e mulheres devem assumir nas sociedades. De um lado a autora afirma detalhadamente sobre as principais formas de divisão sexual de trabalho e seus princípios organizadores. Afirma o autor que.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOUAT, 2000, P.1)

Ainda a autora adverte que isso demonstra que, essa divisão sexual de trabalho, expressa como natureza as relações de poder entre homens e mulheres, esse poder que distribui de maneira desigual conformando com a subordinação. Traduz-se na perspectiva da organização social de tarefas e funções distribuídas entre os sexos, sendo que as práticas sociais dos homens revelam maior valor social que das mulheres. Esta conformação também refletiu um processo de separação dos espaços de pertencimento, vinculando as práticas sociais masculinas à esfera produtiva, e as práticas femininas ao espaço da reprodução e dos cuidados. Porém a autora traz outros princípios da que regulamentam a divisão social do trabalho, onde comenta que.

Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). (KERGOUAT, 2000, p. 01).

Partindo deste pressuposto os dois princípios da divisão social do trabalho acima referidas teve início desde a história da humanidade, onde o princípio da separação mostra que na sociedade existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio da

hierarquização defende que o trabalho de homem tem mais valor social do que trabalhos das mulheres. Segundo ela esses critérios são reconhecidos em todas os ambientes sociais e culturais no espaço e no tempo. Estes dois princípios nos levam a uma reflexão profunda e com esses pode chegar à uma conclusão de que a mulheres é discriminada através de papeis socialmente construída, ou seja através do seu sexo que é vista pela sociedade como “frágil”. De um lado, sendo assim no mercado de trabalho a mulher nessa situação, a tendência é ocupar posições subalternos com salários baixos. Enquanto que o homem ocupa melhores empregos e bons salários. Por outro lado, isso faz com que muitas das vezes a mulher mesmo possuindo a mesma formação profissional e trabalham na mesma instituição o homem recebe melhor salario que ela. Por outro lado, essas caraterísticas contribuem para a precarização de trabalho da mulher e pode leva-la a permanecer no salário inferior.

Ao analisar a situação da mulher guineense no mercado de trabalho formal, Baticã (2015) comprova consta-se que sua condição é precária, apontando alguns elementos que caracteriza essa precariedade:

A remuneração da mulher é mais baixa
O volume de trabalho da mulher é maior
A divisão de responsabilidade é desigual
O tempo para lazer é mais limitado
Os direitos da mulher ainda não são respeitados na sua plenitude, etc.
(BATICÃ, 2015, p. 36)

Segundo o autor percebe-se que a condição da mulher no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau ainda é muito precária no diz respeito a seu salário, desigualdade em termos da responsabilidade dos cargos. Para ele ao aborda a questão da mulher deve-se levar em consideração a condição masculina, porque mulher e homem precisam e devem repensar juntos a condição da mulher na sociedade, no casamento e na família. Ainda ele afirma que ao longo da história da humanidade homens e mulheres compreenderam que são diferentes entre si. Por um lado, essas diferenças que a sociedade impôs era natural. Por outro lado, com passar do tempo a mulher se adaptou e conformou com a situação de inferior ao homem. Este processo tornou como uma definição natural do status da mulher no mundo.

Para Borges (2007) no Setor Autônomo de Bissau, as mulheres são distribuídas de maneira desigual pelas diferentes categorias sócio profissional tais como essas apontadas por autora. Observa-se ainda que:

Das mulheres, com 8 e mais anos, activas economicamente, 36% trabalham no comercio (a ocupação preponderante das mulheres no SAB); 28.6% na indústria

extractiva e transformadora (como sejam extracção e transformação de produtos florestais, agrícolas e piscatórios, e pequenas industrias artesanais); 10% trabalham em profissões técnicas e científicas (como sejam enfermagem, ensino); 9.3% na agricultura e criação de gado; 8.9% em serviços domésticos (lavadeiras, empregadas domesticas, etc.), sendo assim uma percentagem pouco significativa, as mulheres que ocupam lugares entre os quadros administrativos superiores (0.7%), pessoal administrativo (4.9%) e forças armadas (0.2%) BORGES (2007, p.)

Conforme a estatística compreendemos que em Bissau as mulheres inclinam mais para ocupar os trabalhos com menos relevância da hierarquia sócio profissional e cargos que não exigem alto nível de escolarização como comercio,(atividade com maior presença de mulheres na capital Bissau) e vendas por conta própria e domesticas e as exigem uma formação media elas trabalham como enfermeiras, professoras, auxiliar administrativo no escritório ou trabalham no setor da economia informal por conta própria, as forças armadas é um espaço com menor presença de mulheres.

Falando da taxa de emprego e desemprego, na Guiné-Bissau segundo os dados da (III Recenseamento Geral da População e Habitação 2009), no país existem mais mulheres empregada em relação aos homens que representam 59,8% contra 40,2% de homens. A mesma estatística confirma que o desemprego atinge mais os homens do que as mulheres, num total de 74,6% no meio urbano contra 25,4% das mulheres e na zona rural é o mesmo onde, 76,0% se encontra em situação de desemprego contra 24,0% das mulheres. Os dados apontam que o país conta com 74,5% da população desempregada onde 74,5% são do sexo masculino contra 25,7% do sexo feminino. Ainda este documento aponta que em idade compreendida de 6 a 34 anos, há mais mulheres empregadas no mercado de trabalho do que homens. O que significa que as mulheres trabalham mais cedo em relação aos homens. Já a partir de 35 anos as coisas inverte-se, que há mais homens empregados do que as mulheres empregadas.

Comparando o sexo conclui-se que existe uma certa diferença entre os sexos onde 10,0% da população empregada do sexo feminina é considerada maior do que do sexo masculino, e o trabalho mais exercida pela população do sexo feminina é a de trabalhos não qualificados, a de pessoal de serviço e vendedores com uma taxa de 34,6%.

Segundo os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (2009), ao analisarmos os sexos constatamos, que existe mais homens no mercado de trabalho, ocupando profissões como operadores de instalações e maquinas e trabalhadores similares aquela que detém a maior proporção 98,2%. Os trabalhos exercidos pelas mulheres são de trabalhadores não qualificados, que é a de pessoal de serviços e vendedores com uma percentagem 34,6%.

De acordo com os dados acima referidos constatamos que existem maior números de homens nos mercados de trabalho em todas as profissões e relação as mulheres.

Segundo Lopes (2011), atualmente, percebem-se as mulheres têm competido pelos diferentes espaços profissionais na sociedade guineense, lutam pelas igualdades das oportunidades em todos os espaços da sociedade e, sua empregabilidade no mercado de trabalho, apesar de que nas sociedades africanas as mulheres foram educadas a se submeterem aos homens, a não se colocarem a frente dos homens que são capazes e inteligentes. Portanto compreendemos que este e dentre outros fatores que influenciaram a fraca participação das mulheres em muitas atividades inclusive a política, mas é muito importante que as mulheres intervêm, nas tomadas de decisões no sistema político, económico e culturais do país e de sua comunidade. Neste sentido, a autora enfatiza que “O continente africano não foge à regra e a nível social, as mulheres começam a assumir novos papéis, quer nas relações familiares, quer a nível das comunidades, quer a nível mais alargado na sociedade, surgindo com isso, uma redefinição dos papéis de género” (LOPES, 2011, p.10). No que concerne os papeis acima mencionados as mulheres desempenharam papel de grande importância.

Fazendo uma comparação entre o mercado de trabalho formal e setor informal observa-se que existe a maior presença de mulheres guineenses no setor informal em relação aos homens.

Lopes (2011), comprova que “As mulheres estão menos inseridas e envolvidas nos circuitos económicos formais e normalmente enveredam ou pelos empregos informais, ou por aqueles males remunerados (LOPES, 2011, p.30), Todavia no que concerne a economia informal ou seja mercado informal desempenham um papel indispensável na tradição familiar, porem são responsáveis de família, gestão da casa, educação dos filhos na sua maioria sobretudo nas zonas rurais) e também executoras de atividades económicas informais, tais como a agricultura, pesca e dentre outras. É neste sentido que conjuntamente são chamadas os agentes económicos e agentes da educação. Em todos os trabalhos acima citadas a mulher assumido um o papel de destaque.

Ainda a autora vem mostrando que as mulheres “São mais atentas, mais preocupadas em assegurar um melhor futuro para os filhos e demonstram uma maior consciência no trabalho do que os homens” (LOPES, 2011, p. 22) e são mais responsáveis no que diz respeito ao trabalho em relação aos homens, são guerreiras e comprometidas com o futuro dos filhos/as. Ainda mostra a família não é prioridade para o homem, enquanto que a mulheres tem como

prioridade seus filhos e a casa. Analisando o programa microcrédito, segundo a autora os beneficiários são pessoas pobres na sua maioria mulheres, na qual 980 milhões de pessoas a nível mundial são pobres o que corresponde 70% das mulheres. Por um lado, ela mostra que as mulheres são mais confiáveis de conceder crédito. Por outro para ela no primeiro momento os bancos tradicionais eram sexistas ao ponto que não aceitam liberar o crédito para as mulheres sem autorização do marido.

No Bangladesh, as mulheres conseguiam empréstimos apenas com a permissão do marido, mas mais tarde quando compreenderam que vale apenas entregar o crédito as mulheres, porque os empréstimos liberados a elas trazem resultados urgentes e benéficos em relação aos que foram liberados para os homens, daí passaram a confiar nas mulheres disponibilizando crédito sem a intervenção do seu marido. Por outro lado, a mulher sendo a camada mais atingida pela pobreza, quando foram concebidas uma oportunidade econômica como essa lutam intensamente contra a pobreza.

Furtado (2015) traz a estatística que comprova a maior presença de mulheres guineenses nas atividades informais, isto é, nos (lulus), mercados populares. Os dados recentes apontam que na zona norte do país 68% das mulheres participam destas atividades contra 32% de homens. Mediante os dados certamente na Guiné Bissau a economia informal é um ramo de atividade econômica que emprega mais mulheres. De um lado, o autor ainda acredita que esta menor presença de homens nos lulus pode ser justificada pela qualificação profissional, que por sua vez eles passaram a vender novos produtos industrializados que as mulheres não comercializam. Por outro lado, ainda afirma que as mulheres são mais ativas nas atividades comerciais que exige menor investimento.

Amaral (1991), também afirma que o mercado informal continua a ser um ramo de atividade de maior empregabilidade de mulheres, que na zona rural, quer na zona urbana. Nas grandes cidades africanas, elas compõem 50 a 60% da mão-de obra, mas a sua contribuição no desenvolvimento ainda está completamente desconhecida.

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Sustentável (2012) as mulheres guineenses desempenham importante papel na agricultura do país. No meio rural elas representam 49% da população ativa (PA), o que significa que elas asseguraram mais de 55% da mão- de- obra agrícola. De acordo com este documento foi fixado um plano-quadro “Mulheres e Desenvolvimento” que compromete em auxiliar as mulheres com os equipamentos de pequena transformação, que também pode facilitar as formas de produção e sua comercialização. E os

principais objetivos do plano-quadro envolve descarregar as tarefas das mulheres e diminuindo horas de trabalho e aumentar os rendimentos, realçar as ações em benefício das mulheres. A criação do Instituto Nacional da Mulher e Criança terminou com elaboração e a avaliação da Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG), documento que reconhece o papel das mulheres guineenses em diferentes setores e nas tomadas de decisão e realça a prioridade do desenvolvimento sustentável.

Diante dessa realidade, constatamos que os documentos oficiais da Guiné-Bissau, ressalta a importância da participação, assim como reconhece a contribuição das mulheres guineense em todas as esferas social. No mesmo documento constata-se que as mulheres compõem uma maioria da população, o que significa se houver oportunidades podem contribuir muito mais no desenvolvimento país, mas tendo em conta as disparidades, discriminações, preconceitos e dentre outros fatores acabam se concentrar na economia informal. Porém, neste setor, desempenham um papel importante para o crescimento económico do país e para bem-estar familiar. Comenta (DENARP II, 2011):

A contribuição das mulheres guineenses nas atividades económicas, em alguns progressos sociais e no equilíbrio da unidade familiar. De acordo com o último censo populacional de 2009, as mulheres da Guiné-Bissau, com um efetivo de 746.404 pessoas, representam 51,5% da população total do País. Sua participação na produção de bens e serviços, nomeadamente ao nível de produção rural familiar e no quadro do sector informal nas zonas rurais e urbanas, o seu contributo essencial na educação das crianças, na saúde dos membros da família e sua responsabilidade na realização de trabalhos domésticos demonstram o seu importante papel em todos os níveis do território e em todas as áreas de desenvolvimento. (DENARD, 2011, p. 24).

Entretanto este documento realça a importância da participação das mulheres nos trabalhos informais, mas em algum momento mostra que esse desempenho não é visível, afirmando que “A invisibilidade da contribuição das mulheres no sector económico, nomeadamente no sector informal comercial urbano, assim como ao nível doméstico, constitui em si um constrangimento de ordem estrutural. Esta contribuição não sendo reconhecida e decorrente deste facto, não é contabilizada no PIB” (DENARP, 2011, p.15). Contudo essa contribuição da mulher guineense não é visível na sociedade e nem reconhecida, mas elas se mantem bem empenha neste nas atividades econômicas informais.

Ainda falando do setor informal conforme Gomes (2012), afirma que devido à dificuldade, o governo guineense não consegue cumprir com seu compromisso básicos, sobretudo o pagamento de salário aos funcionários no prazo estipulado, sendo assim mais de 70% da população ativa trabalha no setor informal, porem a maioria da população do país depende diretamente ou indiretamente das atividades informais, por ser menos burocrático e

simples, e também contribui cotidianamente e de maneira mais rápido para suprir as necessidades básicas dos familiares como: alimentação, saúde, escolaridade etc.

Diante disso compreendemos que a dificuldade de acesso a um mercado de trabalho formal e a falta de políticas públicas de apoio as mulheres, levaram muitas mulheres guineense a elaborarem estratégias de sobrevivência, ligados sobretudo a atividades econômicas no setor informal. Isto serve de alternativas de econômica de sobrevivência de maioria da população a maioria mulheres.

3.2. Problemas enfrentados pelas mulheres guineenses no mercado de trabalho

Nesta seção abordaremos os problemas que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho na Guiné-Bissau. As lutas que as mulheres enfrentam cotidianamente para superar as desigualdades de gênero, obstáculos as barreiras.

Sanca (2014), afirma que um dos problemas que as mulheres guineenses enfrentam na sociedade é a falta de acesso à educação. Os indicadores da educação evidenciam que há diferença significativa no que diz respeito a alfabetização de homens e mulheres. E esta diferença pode repercutir não só na sociedade em que ela vive, mas também pode limitar a ascensão social e autonomia das mulheres nos locais de serviços. De um lado essa diferença gera as desigualdades no que diz respeito a distribuição e ocupação de cargos.

Por outro lado Carvalho (1978) realça que a educação tem um papel fundamental na trajetória de homens e mulheres, porque graças a ele aos poucos a mulher vem conquistando alguns espaços na sociedade, principalmente quando começaram a ter mesmo oportunidades de acesso à educação que era proporcionado aos homens, daí passou a ocupar diferentes tipos de trabalhos e postes de serviços fora de lar doméstica, mas com baixa renda em todas áreas profissionais. O progresso escolar das mulheres contribuiu muito para sua ascensão social e na promoção da igualdade de direitos em todos níveis na sociedade. Como afirma este documento.

A nível político e económico, as mulheres representam apenas 25% dos efetivos da administração pública e 10% dos políticos (deputados, membros do governo, etc.). Embora 51.9% das mulheres sejam consideradas como ativas, estas trabalham principalmente no setor informal e na agricultura de subsistência, que registam as menores taxas de rentabilidade económica. A concentração das mulheres nessas atividades explica-se, em grande parte, pelos seus baixos níveis de alfabetização e de educação. (Perspectivas Económicas em África – ECONOMIC OUTLOOK, 2014, p. 12)

Segundo essa autora constata-se que existe uma maioria concentração da população feminina no setor informal em relação ao setor formal tendo em conta a seus baixos níveis de escolaridades, portanto o setor informal e agricultura de subsistência seria como refúgio das mulheres que se encontra nessa situação.

Para Saffioti (1989), existe uma certa feminização das profissões, na qual o trabalho da mulher sempre foi cercado de especificidades, em virtude do tratamento e do papel desempenhado por esta na sociedade ao longo dos séculos. Conforme a autora desde os primórdios da humanidade diferenças biológicas entre homens e mulheres geraram distinções na divisão do trabalho e na postura social entre os gêneros. Por um lado, essa feminização das profissões, no qual há existem campos profissionais reservados exclusivamente para os homens. Por exemplo, agronomia, engenharia, direito, etc. Por outro lado, a autora mostra que a mulher pode fazer cursos como a Engenharia Civil, Geologia e dentre outros cursos “mas quando chega o momento de procurar emprego, enfrentará, seguramente, a discriminação” (SAFFIOTI, 1989, p. 71). Diante da realidade do mercado de trabalho, observa-se que as maiores distinções entre mulheres e os homens residem exatamente naquilo que os torna diferentes. Essas Barreiras que as mulheres enfrentam logo na formação acadêmica repercute na sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo Santos (2013), mostra que as mulheres defrontam com os obstáculos para inserir na política. No caso da Guiné-Bissau alguns ministérios discriminatórios limitam as mulheres de concorrer e assumirem pastas com maior relevância social, sobretudo as de relações exteriores, da economia e finanças, presidência, justiça, defesa e dentre outras. Quase não garantem que as mulheres participam massivamente nos encontros, conferências internacionais, regionais e sub-regionais, se participam uma minoria. Afirma o autor que.

As mulheres enfrentam obstáculos à participação na vida política. Os obstáculos estruturais, por meio de leis e instituições discriminatórias, ainda limitam as opções das mulheres de votar ou concorrer a um cargo. Em linhas gerais, o imaginário determina lacunas de capacidade que significam que as mulheres são menos prováveis do que homens de ter a educação, os contatos e os recursos necessários para se tornarem líderes eficazes. (SANTOS 2013, p.9).

Conforme a citação acima percebe-se que as mulheres têm menos oportunidade e recursos de se tornarem chefes tendo em conta o seu nível de escolaridade. Enquanto que os homens têm mais probabilidade de chegar a posição de chefia. Ainda analisando os problemas enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho, segundo o decreto presidencial nº 013/2016 recentemente foi nomeado novos membros de governo na Guiné-Bissau, com vinte e quatro ministérios (24) e (13) treze secretarias de Estado, apenas quatro (4) mulheres fazem

parte do referido governo, ocupando pasta de secretarias de Estado. Atitudes como essas que demonstram a desigualdade e exclusão social das mulheres guineenses, uma vez que uma minoria ocupa pasta no referido governo. Até pasta do ministério da mulher e criança era ocupado por um homem.

As mulheres tiveram que reivindicar de que aquela pasta não pode ser ocupada por um homem. Ainda o referido decreto aponta que a Assembleia Nacional Popular (ANP), possui num total 102 deputados, dos quais 14 são mulheres, essas pertencem às bancadas parlamentares do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e do Partido da Renovação Social (PRS). A bancada parlamentar do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), conta com 57 deputados, onde apenas treze (13), são mulheres e a bancada parlamentar do Partido da Renovação Social (PRS) que tem 41 deputados e apenas uma (1) é mulher. Conforme este decreto no que diz respeito a nível académico, das catorze (14) mulheres deputadas apenas duas têm a formação superior (Mestrado) e as restantes têm formação média e algumas com o nível do Ensino Básico Unificado. Embora o Relatório sobre Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau comprova que:

A distribuição desigual e diferenciada do poder, de índole patriarcal, entre homens e mulheres explica esta situação que não permite rentabilizar a favor da governação, o amplo conhecimento adquirido pelas mulheres em relação às escolhas, aos modos de pensamento e de atuação da população nesta área. (RSDHGB, 2010/2012, p. 38).

Do ponto de vista crítico a Guiné-Bissau precisa mudar o cenário político governativa, onde as mulheres serão incluídas com um percentual acima de 14% nos espaços de decisões e ocupação de altos cargos políticos, económicos e sociais. As mulheres no país quase são representadas, também tratadas como objeto, e não como sujeitas protagonistas da história do país. Barros e Semedo (2013), justifica que essa fraca participação das mulheres na política tem a ver com o processo educacional, cultural e dentre outros fatores que a desqualifica.

Os fatores educativos, culturais, históricos, económicos; a experiência e as histórias de vida contadas por mulheres mostram-nos que muitas respostas a esta situação anómala estão na educação familiar e na escola, espaços das primeiras interações das crianças e dos/as jovens com o meio, e desses com pessoas estranhas à família. São lugares de excelência da construção de mentalidades e estruturação de atitudes, quer através da imitação dos colegas ou dos adultos que se consideram modelos a serem copiados, quer por meio daquilo que é transmitido pelos professores e pelas professoras e dos manuais escolares: estereótipos, adjetivações, desqualificações que por vezes provocam a baixa autoestima e funcionam como fator de desencorajamento na tomada de decisão de participar na política e de lutar para atingir os mais altos patamares da política. (BARROS e SEMEDO, 2013, p.25).

Diante disso destacaram alguns elementos que nos leva a uma reflexão e compreender de que as mulheres não participam ativamente na política, porque não querem, mas elas aprendem nas escolas de que a política é para os homens, e outra coisa a falta de motivações por parte dos familiares e os comportamentos estereotipados.

A Guiné-Bissau completou quarenta e quatro anos (44) depois de ter conquistado sua independência, mas continua a ser governada por homens, sem que as mulheres tenham obtido umas pastas relevantes no desenvolvimento do país. Elas queixam fortemente de serem discriminadas, afastadas do interesse e colocadas em segundo plano. Retornando o Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau justifica as mulheres foram paulatinamente afastadas dos espaços políticos através de métodos menos democrático. Também indica que:

As estratégias que dão corpo às desigualdades sociais entre homens e mulheres decorrem dos estereótipos e preconceitos veiculados e de práticas discriminatórias que conduzem a uma oferta diferente de oportunidades e consequentemente a níveis diferentes de participação no processo de desenvolvimento e na governação. (RSDHGB, 2010-2012, p. 37)

Neste caso as desigualdades entre homens e mulheres justifica-se pelo preconceitos e estereótipos manipulados e de práticas discriminatórias que traduzem maneira desigual desses sujeitos envolverem na política.

Sendo o decreto a Assembleia Nacional Popular possui (14%) de mulheres, mas apenas duas possuem formação superior. Problematicando essa questão, como o parlamento guineense possui mais números de homens deputados provavelmente que existem mais percentual de deputados analfabetos em relação as mulheres. Não dispomos de dados, mas neste decreto um dos deputados da bancada parlamentar de PAIGC afirma só que os critérios usados para inserção de mulheres neste setor não as favorecem, isso é uma prova da discriminação e essa discriminação e distribuição desigual pode lava-las a ocuparem menos cargos políticos e não participam nas tomadas de decisões.

Embora Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau comprova que a posição das mulheres guineenses é inferior em várias instituições do país ressaltando que:

A posição hierárquica das mulheres, tanto nas forças armadas como nas instituições de segurança, é inferior à dos homens. Na Polícia de Segurança Pública, apenas 14 mulheres têm patentes acima de capitão e na Polícia Judiciária, dos 25 inspetores, só 3 são mulheres (12%) e as restantes ocupam categorias mais baixas, tais como agentes auxiliares e de segurança interna. (RSDHGB, 2010-2012, p. 37-38).

Interpretando os dados acima citados compreende-se que existe nível muito elevado das desigualdades entre homens e mulheres no mercado no mercado de trabalho formal, sobretudo na política, onde a mulher é sujeito mais prejudicada em termos da posição hierarquia e ocupação de cargos com maior relevância social nas áreas acima mencionadas. Portanto a literatura afirma que as mulheres não desfrutam do mesmo direito nos locais de trabalhos ou seja na política. Ter números de mulheres na política, na presidência, na tomada de decisões é muito importante, porque ajuda na luta e fortalecimento das mulheres a conquistarem mais espaços.

Nas palavras do deputado e líder de bancada parlamentar do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Califa Seidi, afirmou que o seu partido vai continuar admitir a presença de deputados e deputadas analfabetos na sua bancada parlamentar, porque “eles não são culpados de terem baixo nível de formação académica. Apenas não tiveram a oportunidade de estudar desde a época colonial”. “Como se sabe temos uma sociedade onde a taxa de analfabetismo é superior a 50 por cento. Isso leva-nos, querendo ou não, a ter deputados com nível baixo de escolaridade no parlamento”, notou o líder da bancada dos libertadores. Decreto presidencial (2016), “O Democrata”.

Diante dessas dificuldades, é importante observar de forma crítica os lugares e espaços que as mulheres ocupam em diferentes áreas. Embora Baticã (2015) afirma que suas lutas residem nos esforços de minimizar a discriminação, e também pela igualdade de seus direitos em diferentes espaços na sociedade.

A luta das mulheres assenta-se nos esforços para eliminar a discriminação, violência, preconceito, estereótipos e ganha cada vez mais visibilidade na sociedade. Isso é fruto de acções empreendidas pelos movimentos, educação de qualidade e participação efectiva das mulheres nos sindicatos, escolas, universidades, associações, etc”. (BATICÃ 2015, p. 07).

A literatura refere que a situação da mulher no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau não é favorável, apesar de algumas conquistas, ainda persiste diversas formas de discriminações, que dificulta o progresso das mulheres em vários setores, o que faz com que muitas das vezes ela fica remetida nos empregos mais escasso, com poucos salários, e como menor percentagem nas tomadas de decisões.

A discriminação de género significa que as mulheres muitas vezes acabam em empregos precários, com baixos salários, e constituem uma pequena parcela das pessoas em posições de chefia. A discriminação restringe o acesso das mulheres a bens económicos, tais como terra e créditos financeiro, e limita a participação delas na definição das políticas económicas e sociais. E, como elas ainda desempenham a maior parte do trabalho doméstico e das tarefas de cuidado de lar, seja de crianças, de idosos, de doentes, de animais, muitas vezes têm pouco tempo para alcançar as oportunidades económicas. (BATICÃ, 2015, p. 34).

Segundo este autor, percebemos que na Guiné-Bissau nota-se de que homens e mulheres têm um tratamento bastante desigual, no que diz respeito a algumas áreas no mercado de trabalho formal sobretudo na política, onde o homem é mais valorizado em termo da sua posição na política, por isso representam o maior percentual em relação as mulheres. Ainda o autor mostra que essa “diferença entre homens e mulheres não é o problema. O problema é que somos ensinados a valorizar as características masculinas mais do que as características femininas”. (BATICÃ, 2015, p. 8). Todas essas práticas comprovam o quanto a sociedade guineense é uma extremamente machista, porque valoriza mais o que é masculino, colocando o sempre em posição superior em relação a mulher.

Muitas das vezes pode-se escutar nos discursos, nas conferências, palestras de que as mulheres guineenses têm que lutar para conquistar lugares da tomada de decisões no parlamento, governo etc. Mas esqueceram de que nenhuma mulher já conquistou cargos políticos sem mérito. As mulheres conquistam os cargos por mérito. Conforme ressalta autora “Subiram por seus méritos medidos pelos padrões que valem tanto para homens quanto para mulheres” (PROSBT, 2013, p.5). Autora ressalta a ideia de que todas as mulheres que conseguiram os cargos políticos no governo lutaram muito para isso, ela deixou de ser apenas dona de casa, para se tornar um profissional independente, por isso sua inserção no mercado de trabalho foi uma conquista que merece ser respeitada e valorizada.

Já Simone Beauvoir traz outras narrativas explicativas, confirma que a mulher sempre foi escrava do homem e nunca vão desfrutar em pé da igualdade:

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap. Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam, na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. (BEAUVOIR, 1908-1986, p. 22).

Diante disso compreendemos em diferentes áreas do mercado de trabalho o homem sempre tem o privilégio e vantagem de ocupar postes de serviço de qualidade, com altos cargos e melhores salários. Quase em todos os países do mundo o estatuto da mulher é diferente da do homem, mesmo com direitos reservados e reconhecidos.

Nessa perspectiva, Fernandes (2013), aponta fatores que também podem influenciar a precarização de trabalho da mulher na sociedade. “Fatores que contribuem para a precarização social das mulheres (são): divisão sexual do trabalho; poucas oportunidades quanto à educação; trabalhos informais mal remunerados; pouca saúde e bem-estar; pouca participação nas negociações; e autonomia pessoal limitada”. FONSECA, 2005 Apud FERNANDES, 2013, P 07).

Segundo afirma o Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2010-2012), frequentemente os desafios pelos direitos das mulheres é representado como uma luta entre a tradição e a modernidade, no qual as forças tradicionais e tribais inferiorizam a mulher dizendo que ela não deve ocupar espaços públicos somente a esfera privada (casa cuidando dos filhos e as lidas domésticas), e os homens por sua cultura de “machundadi” devem ocupar esfera pública e os cargos e gerenciar o cenário econômico, político e social de suas comunidades. Ainda o mesmo relatório aponta que apesar da evolução dos direitos humanos das mulheres, não há um equilíbrio entre a tradição e a modernidade.

Para Monteiro (2007), em vários países do continente africano as mulheres são vistas como as que não estão em condições ou seja não possuem qualidades de assumirem os cargos nas tomadas de decisões políticas, tendo em vista que vários políticos entraram na política recentemente e conseguiram tais cargos, hoje em dia ainda persiste a subordinação e exploração do trabalho das mulheres, e muita das vezes as culpam de originar tudo isso. Para Amaral (1991), por cima de tudo isso, os homens empregam as desculpas socioculturais antigas para discriminar e excluírem as mulheres dos cargos de tomadas de decisão e das posições políticas no sentido de mantê-las na situação de subordinação.

Portanto, o relatório da Organização internacional de Trabalho (OIT) "Mulheres no Trabalho: Tendências de 2016", ao examinar os dados de 178 países constatou que persiste desigualdades enorme entre homens e mulheres em amplo espeto do mercado de trabalho em geral. Além de mais, este relatório mostra que, apesar de nas últimas décadas as mulheres realizaram progressos significativos na área de educação, mas, isto não traduziu em melhorias comparáveis nas suas condições no trabalho.

Ainda mostra que a nível global, a disparidade de gênero com relação a empregos tem diminuído por apenas 0,6% desde 1995, com uma relação emprego-população de 46% para as mulheres e quase 72% para os homens em 2015. Embora 52,1% das mulheres e 51,2% dos homens no mercado de trabalho sejam trabalhadores assalariados, isso por si só mostra que não

constitui garantia de maior qualidade de emprego. Geralmente, 38 % das mulheres e 36% dos homens com emprego assalariado não contribuem para a proteção social. Também este relatório aponta que mulheres continuam trabalhando mais horas por dia do que os homens, tanto no trabalho remunerado quanto no não remunerado.

Nos países de alta e de baixa renda, em média, as mulheres realizam pelo menos duas vezes e meia mais trabalho doméstico não remunerado e trabalho relacionado a cuidados em relação aos homens. Nas economias desenvolvidas, as mulheres empregadas (por conta própria ou com emprego assalariado) trabalham 8 horas e 9 minutos no trabalho remunerado e não remunerado, comparado a 7 horas e 36 minutos trabalhadas pelos homens. Nas economias em desenvolvimento, as mulheres no mercado de trabalho passam 9 horas e 20 minutos no trabalho remunerado e não remunerado, ao passo que os homens gastam 8 horas e 7 minutos em tais trabalhos.

Ainda afirma o mesmo Relatório, que a participação desequilibrada no trabalho não remunerado limita a capacidade das mulheres de aumentar as suas horas de trabalho remunerado, formal e assalariado. Como resultado, em todo o mundo, as mulheres, que representam menos de 40 por cento do emprego total, compõem 57 por cento daqueles que trabalham menos horas ou em regime de meio período. Além disso, em mais de 100 países pesquisados, mais de um terço dos homens empregados (35,5%) e mais de um quarto das mulheres empregadas (25,7%) trabalham mais de 48 horas por semana. Isso também afeta a distribuição desigual entre homens e mulheres no trabalho não remunerado doméstico e trabalho relacionado a cuidados.

Ainda no mesmo relatório da Organização Internacional de Trabalho (OIT), constata-se de que durante a trajetória profissional, as mulheres continuam a defrontar com barreiras significativo no que refere a empregos nobres. Em 1995 foi organizado a quarta conferência Mundial sobre as mulheres em Pequim, na qual discutiram a situação das mulheres, e alcançaram alguns progressos, mas duma forma marginalizada. Ainda comprova que existência da desigualdade entre homens e mulheres no mercado trabalho a nível mundial, no diz respeito as oportunidades e forma diferencial de tratamentos e cuidados. Conforme DENARP (2011), constata-se grandes disparidades entre homens e mulheres em diversas categorias profissionais.

Baticã (2015) chama atenção para não discriminação de gênero, porque muitas das vezes contribuem para afastamento da mulher de vários setores e também contribui em sua opção

pelos empregos precários, com salários baixos e mal remuneradas. E também contribui para pouco números de mulheres na tomada de decisão. Como confirma essa autora.

É importante, no entanto, ressaltarmos que a inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, ao longo desses anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres. (PROSBT, 2013, p. 2).

A autor afirma claramente de que no mercado de trabalho formal, persiste altos nível da desigualdade salarial entre homens e mulheres, altos índice da discriminação que ela vem sofrendo no que diz respeito a ocupações qualificadas no mercado formal, quanto no informal, por outro lado a estatística da (OIT) revê que mulheres trabalham mais horas por semana mas ganha menos salario em relação aos homens que trabalham menos mas ganham melhores salários.

Finalmente depois de muitas discussões, concluímos que, apesar da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho formal, as desigualdades com base no gênero se intensificaram neste setor. De um lado, constatamos que a mulher guineense depara com discriminações, preconceito por causa do seu sexo, e pelo seu trabalho que é vista na sociedade com menor valor social em relação a do homem, a distribuição desigual sendo assim, ela ocupa trabalho precária e empregos subalternos com salários baixos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisa as desigualdades de gênero no mercado de trabalho formal em Guiné-Bissau, levando em consideração o contexto histórico, econômico e cultural do país. Percebemos que o acesso à educação e o emprego formal continuam a ser maiores problemas enfrentadas pelas mulheres guineenses, diante disso a mulher é discriminada pelo seu sexo. Entretanto a educação constitui prioridade dos meninos/homens e a mulheres não tem acesso a mesma educação que é proporcionado aos homens.

Então culturalmente a mulher foi designada o papel de “dona da casa” cuidando do espaço doméstico, filhos/as, marido e dentre outros membros da família, logo na adolescência ela começa a sofrer o preconceito e discriminação dentro da família, onde os pais encarregados prefere investir na educação do filho/ menino, com o intuito de que ele vai receber recompensas, enquanto que a menina não vai trazer recompensas, ela fica numa escola com situação precária, porque futuramente vai engravidar cedo sem trazer recompensa para o país.

A partir das leituras realizadas percebemos que há uma necessidade do governo reforçar as políticas públicas para garantir a inserção massiva das mulheres no mercado e também as políticas públicas voltadas a igualdade de gênero, promover campanhas de sensibilização sobre a importância da participação da mulher no mercado de trabalho.

É preciso que haja muitas pesquisas sobre a temática de gênero no mercado de trabalho para que possamos desmistificar os mitos culturalmente construído sob a pessoa da mulher. Segundo as literaturas, fontes da pesquisa constatamos que não há igualdade entre homens e mulheres nos mercados de trabalho na Guiné-Bissau, apesar que é um fenômeno social e universal, porque as mulheres não estão em condições de concorrer em pé da igualdade com os homens, porque houve uma fraca participação na política e nas tomadas de decisões. Levando em considerações os aspetos tomados de decisões, além de garantir seu total desenvolvimento em todas as áreas nomeadamente na política, econômico e sociocultural. Reforçar as políticas no domínio da igualdade e equidade de gênero passa pelo fomento da educação e da capacitação das mulheres, e também pelo reconhecimento do trabalho das mulheres nos setores formal e informal da economia.

Dado o exposto, a pesquisa se limitou somente nas teorias, porque não tive condições financeira para fazer um trabalho de campo. Em virtudes dos fatos mencionados aqui concluo

que as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal não é a falta de formação profissional qualificada por parte das mulheres, mas sim preconceito, discriminação, marginalização por serem denominada “ser frágil” e que o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher.

Em vista dos argumentos apresentados essas práticas preconceituosa e discriminatória afastam as mulheres para o segundo plano. A Guiné-Bissau é um país, onde a maioria da população é feminina, mas por falta de oportunidades elas não tem como desenvolver seu potencial. Diante de todas as dificuldades e problemas enfrentados as mulheres guineense desempenham o papel muito importante na sociedade, família, economia através produção agrícolas e atividades informas.

Levando em vista o que foi observado outro aspecto muito importante que aqui vou ressaltar é a dupla jornada de trabalho, que vale lembrar que as mulheres que trabalham foram de casa são sujeitas a dupla jornada de trabalho, porque além das atividades domesticas vai trabalhar fora de casa e dentro de casa quando retornar. A maioria das mulheres na Guiné-Bissau sobrevivem graças as suas atividades agrícolas e econômicas que não gera muitos lucros, mas ajuda bastante para cobrir despesas em casa como: pagar aluguel de casa, escola/universidade dos filhos/filhas. A educação ministrada nas escolas reproduz os estereótipos que conduzem as meninas apenas para as profissões consideradas femininas e mal remuneradas.

Pois os índices de escolarização são muito baixos atingindo principalmente as meninas/mulheres, tendo em conta a instabilidade política constante que o país enfrenta nos últimos anos. Minhas sugestões enquanto mulher guineense e acadêmica que está se formando para um dia se inserir no mercado de trabalho formal, o governo precisa criar políticas públicas permanente e ações afirmativas voltadas a igualdade de gênero nos mercados de trabalho, por outro lado investir na educação/formação qualificada de meninas e meninos também na capacitação econômica das mulheres vendedoras do setor informal, porque as mulheres que atuam no setor informal dão enormes contribuições para o crescimento econômico do país, e podem contribuir ainda mais , quando conseguem ter acesso à educação e formação de qualidade nas áreas desejadas.

Garantir a saúde segurança e bem-estar de todas as mulheres que trabalham na mesma instituição. Outro aspeto que quero ressaltar é que as mulheres devem persistir na luta pelos seus direitos, não devem ter o medo da política por causa da discriminação por que só assim

aos poucos vão conseguindo superar os obstáculos, tomando a política como um caminho ou seja um campo que pode conduzi-las a ocuparem mais espaços na tomada de decisões. Finalmente, segundo as literaturas da pesquisa conclui-se que na Guiné-Bissau, persiste de maneira evidente as desigualdades estruturais entre homens e mulheres, meninos/ meninas, enraizadas no contexto sociocultural, política, econômica e por circunstâncias sociais desfavoráveis que colocam as mulheres/ meninas em situações precárias. Portanto, compreendemos existem lacunas a serem preenchidas acerca da igualdade de gênero, participação e inserção massiva de mulheres na política e no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARVANITIS, Yannis. "Guiné Bissau". In: **Perspectivas económicas em África (2014) - Países Africanos da CPLP**. Paris: AfDB, OECD, UNDP, 2014, pp. 37 – 51. Disponível em: <www.africaneconomicoutlook.org/po>. Acesso em: 18 fev. 2015.

ALMEIDA, Rosivaldo, Pereira, de. **Em todo lugar se apreende. Sobre campo da Educação Não Formal**. ANAIS-Vol.1-2012

AMARAL, Ilidio. **Presença da mulher africana ao sul do sara na cultura e na ciência: questão de gênero**. Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_153.pdf. Acesso em 20/03/17.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete. **A participação das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau - Da consciência percepção a pratica política** / MIGUEL de Barros e Odete Costa Semedo, 1º ed. UNIOGBIS, 2013. Disponível em: http://www.undp.org/content/dam/guinea_bissau/docs/femmes/UNDP_GW_participation_politique_femmes.pdf. Acesso em 30/08/2016.

BATIÇÃ, Helder Duarte. **Manual de igualdade equidade de género**. Programa de Formação Avançada para ANEs. UE-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvolvimentu”. Disponível em http://www.uepaane.org/files/4314/6056/6939/17_Manual_Igualdade_e_Equidade_de_genero.pdf. Acesso em 29/03/2017.

BORGES, Manuela. Educação e gênero: **Assimetria e discriminação na escolarização feminina em Bissau**. A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente, Lisboa, Edições colibri/Centro de estudos africanos-FLUL, 2006, pp73-88.

BORGES, Manuela. **Negociando sociabilidade em meio urbano: O associativismo feminino em Bissau (Guiné-Bissau África Ocidental**. Disponível em:http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Manuela_Borges_tema_5.pdf. Acesso em 26/06/2017.

BORGES, Maria Manuela. **As mulheres em África: dinâmicas informais de socialização, educação, reprodução e inovação cultural**. Revista Educação em Questão, v. 22, n. 8, p. 7-33, jan./abr. 2005 Disponível em:<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/8356/6014>. Acesso em 16/12/2016.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v. Disponível em:<http://lelivros.zone/book/baixar-livro-o-segundo-sexo-simone-de-beauvoir-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online>. Acesso em 27/03.2016

CARVALHO, Marisa. **A participação da mulher na vida de Cabo Verde-** (Prometeu; 37).

COSTA, Anabelle, Carrilho da. **"Ações afirmativas de gênero e trabalho: o Programa Pró-equidade de Gênero na Eletronorte"** (2011). Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7801/4/2011_AnabelleCarrilhoCosta.pdf. Acesso em 20/03/2017

DIAS, Helenice, Moreira. **Outras faces do mesmo conflito: mulheres angolanas e suas frentes de combate**. Disponível

MONTEIRO, Erudice, Furtado. **Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais**-Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo-Verde. Ed. Unicv. Col. Sociedade Vol.1.

OLIVEIRA, Sidinei, Rocha de. PICCININI, Valmiria, Carolina: **Mercado de Trabalho: múltiplos (des) entendimentos**, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n5/v45n5a12>. Acesso 20/07/2016.

PROBST, Elisia Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em 28/02/2016.

PROBST, Elisia Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em 28/02/2016. SANTOS, Ivair, Augusto, Alves dos. **As mulheres africanas, a nova força política**. I Feira Literária Brasil-África (FLIBAV) - Feira Literária Brasil- África Vitória, Espírito Santo. Disponível em: <file:///C:/Users/Ada/Downloads/10387-26431-1-SM.pdf>. Acesso em 04/10/2014.

SAFFIOTI, Heleieth, I, B. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1989 (coleção polemica.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press, 1989.

SANTANA, Jacira Sousa. **A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique**. Em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/viewFile/88746/91642>. Acesso em 18/01/2017.

SANCA, Ilda. **A inserção das mulheres no mercado de trabalho na Guiné-Bissau**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117299/000966648.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15/06/2016.

SEVERINO, Antônio, Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tatiana, Raquel, Reis. **Relações de gênero em África: as rabidantes e o comércio informal em Cabo Verde**.Disponivel em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2195/1/CIEA7_11_SILVA_Rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20g%C3%AAnero%20em%20%C3%81frica.pdf. Acesso em 30/05/2017.

SILVA, Carina, Castro da. **Mutilação genital feminina. Percepções de jovens guineenses residentes em Portugal e de profissionais com experiência na Guiné-Bissau**. Diss. [sn], 2015. Disponivel em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4917/1/Carina%20Silva%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20FINAL.pdf>. Acesso em 20/10/2016

SÓ, Aissatu. **Mulheres na política Nacional: Parlamento tem catorze mulheres e apenas duas possuem formação superior**. Disponível em: <http://www.odemocratagb.com/mulheres-na-politica-nacional-parlamento-tem-catorze-mulheres-e- apenas-duas-possuem-formacao-superior/>. Acesso em: 26/01/2017.

SCHETTINO, Elisa Marisa, Oliveira. **Inserção da Mulher no Mercado Trabalho Brasileiro**. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>. Acesso em 05/05/2016.

Documentos consultados

CIMEIRA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELATÓRIO NACIONAL BISSAU, Maio de 2012 Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/977guineabissau.pdf>. Acesso em 22/09/2016.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau de 1984**. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Constituicaodarepublicadaguineabissau.htm>>. Acesso: 18/9/2015.

GUINÉ-BISSAU. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Guin%C3%A9-Bissau&oldid=49238626>. Acesso em 20/05/2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Genebra. **Mulheres no trabalho**. Tendências 2016. Disponível: em <http://www.stat-guineabissau.com/publicacao/Relat%C3%B3rio%20final%20ILAP2-2010.pdf>- Sumário http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457096.pdf. Acesso em 26/10/2016.

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO e Habitação: Características Econômicas da população. III RGPH 2009. Disponível em http://www.stat-guineabissau.com/publicacao/caracteristicas_economicas.pdf. Acesso em 15/05/2016

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2014 PNUD: Sustente o Progresso humano. Reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf. Acesso em 20/04/2017.

RELATÓRIO SOBRE SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS na Guiné-Bissau 2010/2012. Liga Guineense dos Direitos Humanos.

RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL DE IGUALDADE de Gênero e Desenvolvimento. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>. Acesso em 28/11/2016.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Economia do Plano e Integração Regional (MEPIR): **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza DENARP II (2011 – 2015)**. Bissau, 2011. Disponível em: <http://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>. Acesso em: 04/02/2015.